

TENDÊNCIAS NA HISTORIOGRAFIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA

Reflexões sobre os destinos da história social

Ângela Barreto Xavier

Na dificuldade em reflectir sobre o que é a história social reside parte do problema. Quando já se questionam algumas contribuições do *linguistic turn* para a nova história social e nela emergem os totalitários *cultural studies* — e por aquela entenda-se uma história social diversa da tradição clássica dos *Annales*, da *Sozialgeschichte* e mesmo da *social history* anglo-saxónica, diversa da controversia história social *versus* história da sociedade —, apesar de se multiplicarem os debates sobre objectos, teorias e métodos nas diversas instâncias da especialidade (casos, por exemplo, da *social history* e *historia social*), a tendência na historiografia da expansão portuguesa é para a impermeabilidade a muitas das inquietudes teórico-metodológicas que caracterizam o próprio campo em que se insere.¹ Não obstante, o cenário indicia uma renovação a médio prazo que afectará e condicionará a futura produção historiográfica nas áreas da história social da tão denominada “expansão portuguesa”.

É esta verificação e, paralelamente, a recente publicação pelo Círculo de Leitores da *História da Expansão Portuguesa*, sob a direcção de Francisco Bethencourt e Kirti N. Chaudhuri, que justificam a presente reflexão.² Surpreendentemente, surgem apenas agora histórias (no plural porque, para além da supracitada obra, edita-se a *Nova História da Expansão Portuguesa*) que articulam a experiência portuguesa nos seus diferentes tempos e espaços, histórias sistemáticas e ao mesmo tempo polifónicas e que se baseiam nas investigações mais recentes.³ Surpreendentemente, porque o tema tem sido muito privilegiado pela historiografia (e pelos fundos de financiamento da investigação científica antigos e recentes, com excepção de um breve interregno pós-25 de Abril que, por razões óbvias, correspondeu a uma estigmatização política da empresa expansionista), constituindo, indubitavelmente, um dos ecos mais poderosos da memória colectiva portuguesa, reactivada em textos, monumentos, pontes, eventos, exposições. Esta *história* surpreende, ainda, porque é uma história da expansão escrita por poucos “expansionistas” (ou seja, por historiadores que se têm dedicado única ou maioritariamente à expansão portuguesa), bastantes “modernistas e contemporaneístas” portugueses (epíteto geralmente dado aos historiadores que trabalham as respectivas épocas, cingindo-se, contudo, à análise das experiências metropolitanas), alguns “expansionistas” estrangeiros (na maior parte dos casos, de elevado reconhecimento internacional) — o que em si mesmo é uma inovação no campo historiográfico português, dilacerado por compartimentações excessivas, para além de outras divisões igualmente nocivas.⁴

Tais ausências e presenças marcam a *maneira da História da Expansão Portuguesa*, refrescando conceptualmente o modo como nela se pensam as problemáticas, introduzindo novos temas, importando conceitos em uso noutros lugares das ciências sociais e da própria história, sendo sensível a determinadas questões (expressas em enunciados como “apropriação do espaço”, “práticas de identidade”, “configurações do império”, “recepção”, etc.) que desafiam velhas rotinas da historiografia e põem em causa identidades estabelecidas sobre o modo de produção de textos de história da expansão portuguesa de autoria portuguesa. Revelando, também, a inexistência de — em alguns textos e seus autores — uma familiaridade antiga com as problemáticas tradicionais do campo, com as suas fontes e arquivos, com alguma bibliografia.

Não é, todavia, sobre a construção desta *História da Expansão Portuguesa* que versam as próximas páginas, mas sobre a historiografia da expansão portuguesa e a sua articulação com os modelos da história social — partindo dos modos como se abordam nesta última obra os aspectos sociais das experiências ultramarinas portuguesas.

Assumindo como pressuposto a dificuldade que persiste na definição daquilo que é a história social, penso ser necessário começar por reflectir, se bem que sumariamente, sobre alguns dos debates que se geraram no campo historiográfico, de modo a sugerir áreas de discussão que, no meu entender, são relevantes para a fazer. Apenas depois — e com referência aos primeiros — comentarei tanto as abordagens da *História da Expansão Portuguesa* quanto a historiografia da expansão portuguesa dos últimos anos.

Evidentemente, o próprio conceito de “expansão portuguesa” devia ser submetido a uma crítica similar. Não querendo todavia transformar este texto num debate meramente conceptual, opto por considerar todas as experiências que, de um ou outro modo, tiveram lugar nos espaços em que a presença institucionalizada ou mais ou menos informal de portugueses (directa ou indirectamente resultante das viagens ultramarinas) foi evidente, como território temático da “expansão portuguesa”.

Consciente, ainda, dos múltiplos limites e imperfeições que um exercício deste tipo naturalmente encerra, optei por centrar-me na historiografia sobre os séculos XVI e XVII, período em que o “império” atinge a sua máxima extensão e em que, por isso mesmo, se potencia a diversidade de experiências sociais, destacando neste, os espaços asiáticos. A minha análise privilegiou, ainda, quatro revistas — *Studia*, *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, *Revista Internacional de Estudos Africanos* e *Oceanos* —, e duas instituições: os grupos de investigação surgidos em torno do mestrado em história dos descobrimentos e da expansão portuguesa e do Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses (que patrocinou desde traduções, reedições, publicações de fontes e de bibliografia estrangeira até, e num contexto mais público, colóquios e conferências, de entre os quais me permito referir o excelente contributo de muitos *Cursos da Arrábida*, e dentro destes, a conferência de Edward H. Said, autor do celeberrimo e perturbador *Orientalism* e, mais recentemente, o curso *Historiography and Empires*, orientado a partir de uma sugestiva perspectiva comparativa que, nesse

mesmo exercício de comparação, suscitou inúmeras questões ainda por responder pela historiografia portuguesa). Durante os últimos anos, esta última instituição dominou inquestionavelmente não só o financiamento de projectos de investigação — e espera-se, para breve, a publicitação de uma monumental base de dados bibliográfica sobre a expansão portuguesa, coordenada por Catarina Madeira Santos — como ainda a economia do mercado editorial português sobre estes temas. Por isso mesmo, e de modo a não tornar este artigo demasiado extenso, optei por referir apenas a publicação de bibliografia inédita, não citando, em geral, as restantes espécies, embora estas constituam um património essencial para um melhor conhecimento da experiência expansionista. A sua acção — e o respectivo impacto — poderá e deverá constituir um objecto de análise *per se*. Finalmente, e para além da bibliografia publicada no mercado português de língua e autoria portuguesa, senti a necessidade de referir alguma literatura de autoria estrangeira, de modo a oferecer uma imagem mais completa do que se tem feito sobre as experiências sociais durante a expansão portuguesa e de modo a evitar o perigo de, em certas áreas, encontrar apenas lacunas. Apesar de todas as cautelas, senti, desde o início ao fim desta reflexão, a recorrente incapacidade em controlar a produção historiográfica. Dentro dos limites enunciados, pouco mais é do que um panorama modesto — um esboço de inventário, se assim se quiser denominar — do que de mais interessante se tem escrito sobre os temas propostos.

Os caminhos bifurcados da história social

Não é em poucas linhas que se refaz um debate com a complexidade daquele que tem caracterizado o devir da história social, até pela dificuldade inerente à própria definição daquilo que ela pode ser. “O que é a história social?”, “O fim da história social?”, “Uma outra história social?” constituíram, aliás, títulos sonantes de artigos e mesmo livros, de polémicas que contrapuseram historiadores de história social, revelando essa dificuldade que existe em delimitá-la conceptualmente. Ainda assim, algumas reflexões têm oferecido sistematizações que são certamente úteis para o objectivo que aqui se procura atingir.

Num artigo não muito recente, que fecha um *dossier* de balanço sobre a historiografia dos anos 80, publicado na revista *Historia Social*, Nathalie Zemon Davis bipartiu a história social em clássica (com vínculos à sociologia e à economia) e nova (com relações fortes com a antropologia e a literatura), deixando de lado a história social tradicional que privilegiava o peculiar, o quotidiano, os costumes, considerados “sociais” por aparentemente ocorrerem no exterior da esfera política.⁵ Segundo Davis, a história social clássica interessar-se-ia pelos grupos sociais (frequentemente considerados como classes), a sua definição, a sua criação, as suas relações (de rivalidade, colaboração, competição, das quais dependiam o poder e o prestígio), tendo como fio condutor a estrutura socioeconómica (percebida como um todo coerente) e as condições materiais; analisando, em última instância, a sua

transformação. A sua articulação em conflitos, revoltas, guerras, revoluções e outras formas de reorganização (com preferência por aquelas que eram violentas) constituiriam, conseqüentemente, campos de análise privilegiados; assim como — como nota Eric Hobsbawm num artigo bastante anterior, mas reproduzido no início do mesmo *dossier* — os destinos dos pobres, das “classes baixas”, dos marginais, dos excluídos.⁶ O contexto geográfico-político da acção deste tipo de análise contemplaria quer a região, quer o “estado”, quer o reino, quer mesmo o império.

Ao invés, a nova história social (incluindo já os revisionismos dos anos 70 e posteriormente o famoso *linguistic turn* e, por fim, dos *cultural studies*) procuraria detectar a existência de agrupamentos de diverso tipo — ou seja, não necessariamente decorrentes de uma estrutura económica organizadora das relações sociais —, construídos a partir de *outros* critérios, tais como a idade, o sexo, a cor, a etnia, a religião, a linhagem, o patrocínio, questionando, a partir daí, as lógicas e os limites dum dos conceitos que lhe era originário: a “classe”.⁷ Procuraria ainda surpreender as relações sociais na sua simultaneidade, enquanto sistemas de comunicação e de trocas de bens, ideias, e influência, de dominação e resistência, de rivalidade e cumplicidade, de poder e intimidade. Nos textos de nova história social, os acontecimentos surgiriam tanto como emblemas da contingência inerente à própria ordem das coisas quanto como momentos reveladores das articulações existentes entre coisas aparentemente distintas; sempre sublinhando os modos como os critérios culturais — e, em particular, a linguagem, os discursos — modelavam os processos sociais. Nas palavras de Patrick Joyce, a nova história social construía-se a partir da recusa de três dos axiomas de base da história social clássica: a recusa do conceito de “classe”, do conceito de “sociedade” como todo delimitável e a recusa da perspectiva essencialista da “estrutura social”, passando a reflectir sobre os processos de formação de identidades sociais (perspectiva sublinhada pelos *gender studies*), considerando o “sujeito” e a “sociedade” como invenções discursivas da modernidade, articulando dinamicamente a relação entre *agency* e estrutura, através do recurso a conceitos actuais da sociologia, caso do conceito de estruturação, síntese *giddena* da tradicional oposição entre aqueles dois componentes.⁸

Ou seja, no lugar em que a história social clássica colocara a estrutura económica, colocaria a nova história social a cultura. Enquanto a segunda recorreria preferencialmente à linguística e à antropologia, a primeira era devedora da sociologia e da economia e com elas privilegiara as grandes e imóveis estruturas, descurando, na maior parte dos casos, o papel dos sujeitos, por sua vez recuperados pela segunda. Paralelamente à nova história social emergiria a micro-história, movimento cuja fortuna é igualmente conhecida, e também ele já sujeito a desmontagens sucessivas, que sublinham a relevância em ultrapassar as dicotomias que têm oposto o subjectivo, cultural, simbólico e emocional ao que é objectivo, material, estrutural, institucional; em articular as esferas macro e micro.⁹

Resumindo, longos, diversos e mesmo labirínticos têm sido os caminhos da história social, nas últimas décadas, e multiplicadas as suas ofertas teóricas e metodológicas, os seus objectos e temas privilegiados.

Sabendo que as dimensões sociais das experiências expansionistas portuguesas constituem um dos seus aspectos mais estimulantes e enriquecedores — não

foram os viajantes, afinal, desconhecidos que acordaram noutras cidades? —, esperar-se-ia uma maior simpatia da historiografia da expansão portuguesa em relação a todas estas perturbantes reflexões. Em contraste com a “modernidade” de muitas páginas de Jaime Cortesão, onde se manifesta, por um lado, a necessidade de estudar estas experiências, recorrendo sempre que necessário, por outro, às “luzes da antropologia e da sociologia”, a rotina da historiografia tendeu a privilegiar o económico sobre o social e o cultural e o historiográfico em desfavor do diálogo interdisciplinar.¹⁰ Não só as preocupações teóricas têm sido quase ausentes da história social da expansão portuguesa existente como, num certo sentido, esta ainda percorre os seus primeiros passos. É certo, porém, que a conjuntura intelectual e institucional têm sido favoráveis à sua expansão, o que se expressa na multiplicação de temas polarizadores do interesse, de autores e de estimulantes livros e artigos.¹¹ Mas estes últimos são mais recentes do que antigos e, apesar de anunciarem tempos melhores, não são ainda suficientes para ocultar a pobreza do cenário.¹²

É neste contexto que se torna relevante a publicação da *História da Expansão Portuguesa*, assim como a da *Nova História da Expansão Portuguesa*. Animadoramente, ambas são sensíveis aos novos ventos teóricos. Melhor dizendo, a primeira não apenas é sensível como se constrói a partir de novos ventos teóricos, e nessa simples enunciação — e na diferença em que se instala — torna-se perturbadora dos modos de pensar as experiências ultramarinas portuguesas. Sendo que a segunda não constitui a razão de ser destas páginas, limitar-me-ei a referir o facto de a história social ter um lugar privilegiado na sua economia textual. Numa perspectiva antropológica, ao contemplar desde o quotidiano à habitação, vestuário, hábitos alimentares, etc., filtrados a partir de conceitos como “cultura explícita” e “cultura implícita”, articulada ainda com os fundamentos da história social clássica.

A história social na história da expansão portuguesa

Coube a Russell-Wood efectuar uma síntese das experiências sociais desenvolvidas durante a expansão portuguesa na parte que lhe cabe na *História da Expansão Portuguesa*.

De tradição anglo-saxónica e especialista em história social do Brasil colonial, os capítulos que escreve reflectem, desde logo, a referida escassez bibliográfica. Ou, em algumas situações, o desconhecimento do autor de bibliografia recente. Da conjugação de ambos os factores resultam algumas fragilidades dos textos por ele escritos (de entre as quais se destaca a péssima tradução a que foram sujeitos). E dado raramente recorrer a investigação original sobre a matéria, acaba por reproduzir muitas teses que são partilhadas há já algum tempo, muitas delas sugeridas décadas atrás por Charles H. Boxer, outras por ele próprio, por Stuart B. Schwartz, ou por outra literatura não orientada para questões portuguesas, e quase sempre de autoria estrangeira. Apesar disso, o modo como o autor tematiza estas questões — filiando-se em tendências mais recentes da historiografia —

pode contribuir para repensar alguns dos temas tradicionais da história social da expansão portuguesa.

Pelo modo como articula, em primeiro lugar, as experiências portuguesas ocorridas com culturas, sociedades e espaços muito distintos do globo. Como se sabe, a história comparativa é uma das áreas de maior vanguarda na historiografia internacional e raramente tem sido desenvolvida pela academia portuguesa no âmbito da própria expansão portuguesa — comparando as diversas áreas geográficas, por exemplo — e muito menos em relação às outras experiências expansionistas.¹³

Depois, por recorrer a alguns conceitos que reflectem os interesses mais recentes da história social. Por exemplo, a questão das migrações; sublinhando o carácter regular que estas tinham no reino de Portugal, mesmo antes da sua extroversão de sentido atlântico, insistindo na sua dimensão antropológica e no modo como esta envolvia todas as áreas da experiência humana, incluindo intenções, expectativas e desencantos (recuperando, dessa forma, o sujeito enquanto actor da história), na dimensão processual do próprio processo migratório (a qual, na maioria dos casos, se processava por etapas, por pequenas e maiores migrações), no seu carácter voluntário ou coactivo, na sua sociologia; não deixando de referir, porém, a sua especificidade a partir do século XV e, principalmente, depois das viagens de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, as quais introduziram um novo quantitativo na sangria demográfica e um tipo de experiência com cronologias diversificadas.

À migração de comunidades, grupos, indivíduos, sucedia-se o estabelecimento em certos espaços e a experiência em contextos não familiares. Esta verificação leva Russell-Wood a delimitar aquilo que seriam os quadros espaciais da experiência portuguesa onde se teriam desenvolvido — em formas e ritmos distintos — inevitáveis processos de mestiçagem de parte a parte (que o autor opta por definir, na sua primeira forma, como “integração”) — e estratégias de manutenção de identidades ou de resistência aos desafios colocados por outras identidades.

Tanto as estratégias políticas da *respublica christiana* como da coroa de Portugal, como as experiências dos grupos sociais e dos sujeitos, com os seus avanços e recuos nos sentidos mais distintos, revelaram formas de adaptação a realidades diversas daquelas que *a priori* tinham sido imaginadas. “A coroa enfrentou este desafio de três formas: em primeiro lugar, proporcionando um contexto institucional e um espaço físico que reflectia fortemente os antecedentes portugueses e que os portugueses do ultramar conheceriam bem; em segundo lugar, utilizando mecanismos que constituíam, para os portugueses, longe da sua pátria, recordações poderosas da sua devoção a Deus e ao rei; em terceiro lugar, concedendo um vasto leque de benefícios, mercês e outras formas de reconhecimento régio por serviços prestados e pela lealdade demonstrada, negando, ao mesmo tempo, a possibilidade de obter tais recompensas a todos os que se afastassem para ‘fora do império’”.¹⁴ Nas quais, em todo o caso, pouco ou nenhum espaço criativo era deixado para as comunidades aí residentes previamente.

Para além dos quadros institucionalizados do “império”, o autor questiona o destino dos portugueses que viajam para além das suas margens, inquirindo sobre

os seus perfis sociológicos, as suas razões, a sua intencionalidade, percebendo-se que, no fundo, situavam-se além das margens — à exceção dos missionários e de um ou outro aventureiro — os que tendiam a viver negativa ou positivamente marginalizados no interior dos quadros identificados com a presença portuguesa: homiziados, renegados, missionários, expedicionários, piratas, cristãos-novos.

Quadros geográficos, institucionais e políticos que constituíam o palco onde se desenrolaram as cenas de autoria mais ou menos portuguesa. Palco que tinha, porém, outros actores. Actores que aí se situavam previamente, que aí actuavam desde tempos longos. Quem eram as comunidades com que os portugueses contactavam, ao longo dos espaços e tempos das suas viagens? Partindo de uma definição de comunidade étnica como comunidade que partilha traços somáticos, parentesco, língua, valores e comportamentos, que partilha uma ascendência comum, uma memória, Russell-Wood assinala a grande diversidade linguística, racial e religiosa dos povos sobre os quais os portugueses exerciam jurisdição — os quais constituíam, evidentemente, a maioria demográfica nesses mesmos espaços —, o desfazimento entre os critérios de identificação que os portugueses apunham às diferentes comunidades e aqueles que estas utilizavam para se identificarem a si próprias, sublinhando regularidades atitudinais em relação aos desafios colocados por estas comunidades: “Quando os grupos étnicos indígenas constituíram uma ameaça, real ou suposta, para as crenças, valores, ou costumes dos portugueses, as autoridades procuravam eliminar ou atenuar essas mesmas ameaças”.¹⁵

Por fim, o mesmo autor analisa as interações estabelecidas entre as diversas comunidades, grupos e sujeitos em contactos nesses diferentes lugares, procurando definir regularidades comportamentais. Insistindo nos critérios de divisão populacional (e insinuando os discursos discriminatórios que lhes subjaziam?), Russell-Wood re-produz alguns dos temas recorrentes na historiografia, sublinhando a multiplicidade de formas de divisão e hierarquização que tornava as sociedades crioulas extremamente complexas: desde a manutenção como “baixo contínuo” da lógica da sociedade das três ordens, acrescentada da divisão cristãos e não cristãos, dos nascidos no reino e nascidos no ultramar, dos claros e escuros, dos puros e dos mestiços biológicos, dos casados e dos solteiros, dos homens e das mulheres, sendo escalonados com privilégio os primeiros. Isto sem se pensar nas divisões sociais estruturantes das próprias comunidades com que os portugueses interagiam que em muitos casos só aparentemente se subsumiam aos quadros impostos pelo poder português.

São ainda relevantes para pensar as experiências sociais durante a expansão portuguesa, para além das partes escritas por Russell-Wood, os capítulos de Francisco Bethencourt sobre “o contacto entre povos e civilizações”, “as configurações do império”, de Joaquim Romero de Magalhães sobre formas de apropriação do espaço, de Stuart Schwartz sobre a escravatura; ainda, sobre as estruturas administrativas, de Francisco Bethencourt e Isabel Guimarães Sá, alguns dos textos de Caio Boschi sobre as estruturas eclesiásticas (apesar de estes revelarem algumas fragilidades) e de Diogo Ramada Curto sobre práticas de identidade.¹⁶ Numa perspectiva ampla dos horizontes da história social — que é a que aqui se defende —, as articulações significantes são múltiplas, e todos os territórios constituem territórios para o estudo das experiências sociais motivadas pela expansão portuguesa.

Veja-se, em relação a este tipo de abordagem que articula sistematicamente quadros perceptivos e experiências, a produção historiográfica sobre as experiências sociais durante a expansão portuguesa, e quais os sentidos que esta sugere.

Os sentidos sociais na historiografia da expansão portuguesa

Ao olhar para o que foi feito antes de Russell-Wood apresentar estes textos e de a *História da Expansão Portuguesa* ser publicada, e contornando os estudos de C. H. Boxer, Jean Aubin, Frédéric Mauro, Sanjay Subrahmanyam, A. Disney, o próprio A. J. R. Russell-Wood, M. N. Pearson, Stuart B. Schwartz, Kenneth McPherson, Joseph Miller, Malyn Newitt (de tradição anglo-saxónica), M.^a Beatriz Nizza da Silva, Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Timothy J. Coates, ou K. M. Panikkar, P. P. Pissurlencar (os primeiros da academia brasileira, os segundos da academia indiana), ou seja, contornando os historiadores que não são portugueses, contornando ainda Jaime Cortesão e Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque e Luís Filipe Thomaz, resta-nos muito pouco, apesar de se destacarem já alguns nomes com grande relevância actual e certamente futura.¹⁷

A inquietude não é recente. Em 1988, no prefácio ao *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Magalhães Godinho avalia as linhas gerais da historiografia portuguesa, assinalando o pouco vigor que o “impulso braudeliano e febvriano” teriam tido na historiografia da expansão portuguesa, com a excepção de estudos realizados à margem da academia portuguesa e por autores estrangeiros, como C. H. Boxer e Frédéric Mauro. Por esse gelo historiográfico responsabiliza Godinho — entre outras coisas, para além da própria estrutura do campo historiográfico — a má consciência da descolonização, apesar dos quase quinze anos passados sobre a revolução de 25 de Abril; esta má consciência obstará ainda a uma história analítica das sociedades e das economias (numa perspectiva ainda clássica), que articulasse as experiências com concepções gerais de humanidade em vigor na época.¹⁸

A verdade é que o próprio *Guia*, organizado por Alfredo Pinheiro Marques e anunciado por Magalhães Godinho, enferma de alguns dos vícios que o famoso historiador afirmava ser necessário ultrapassar, reflectindo nas categorias organizativas escolhidas tanto os pecados da historiografia da expansão portuguesa quanto a dificuldade em os superar. Por exemplo, são ainda poucas as linhas dedicadas à história social de cariz antropológico, e quando ela é enunciada — em temas como a escravatura, as relações étnicas, os escravos, etc. — soam os mesmos nomes estrangeiros, americanos, brasileiros.

Três anos após o *Guia*, M.^a Beatriz Nizza da Silva verificava precisamente o mesmo, ao indagar o estado da historiografia da expansão em relação ao Brasil: pouca historiografia de autoria portuguesa, protagonismo americano e brasileiro.¹⁹ E ainda a mesma tendência é assinalada quer por Jill Dias quer por Jorge Flores, no que diz respeito à bibliografia sobre África e Ásia — dominância dos temas

económicos, ausência de estudos com uma vertente antropológica e hegemonia da investigação publicada fora de Portugal no que diz respeito à história das interações europeias com sociedades *outras*.²⁰

Alguns anos passaram após estas reflexões e muitas das críticas então enunciadas são ainda pertinentes; até porque nem sempre se verificaram as expectativas de Luís de Albuquerque em relação à nova geração de historiadores, nomeadamente ao nível da questionação das fontes (submetendo-as, elas próprias, a uma história social) e da intensificação dos estudos das relações da Europa com outras civilizações (para Albuquerque, predominantemente as indianas, japonesa e chinesa).²¹ É verdade, porém, que têm cabido a esta geração, na quase totalidade, os investimentos em novas questões e problemáticas, o uso de novas metodologias, a aptidão para formações académicas mais articuladas, a tal “conquista da maturidade científica” a que se refere, num artigo mais recente de revisão bibliográfica, Catarina Madeira Santos.²²

Em suma, partindo destas reflexões, contrapondo-as à produção historiográfica recente, resultou a conclusão de que a história social da expansão portuguesa que se faz hoje filia-se, na sua maior parte, e ainda, na história social clássica e não na nova história social, apesar de já revelar animadores lugares de desestruturação das rotinas historiográficas: são cada vez mais os estudos que privilegiam os discursos (apesar de serem ainda poucos os que articulam discursos e experiências) e mais ainda os textos que oferecem diversidade e diferença como matrizes características da experiência dos portugueses noutros lugares e com outras comunidades (recuperando, nomeadamente, os protagonismos destas em todos os processos), em lugar de um imobilismo interaccional. Contudo, alguns temas e títulos francamente privilegiados continuam a reflectir, salvo algumas excepções, essas mesmas rotinas. E mesmo estudos com potencial desestruturador — como a nova biografia — são ainda escassos.

Uma palavra, ainda, para as fontes. É neste campo que o investimento realizado pela CNCDP tem sido fundamental: não só tem democratizado o acesso a fontes impressas dos séculos “expansionistas” (o caso exemplar é, evidentemente, o do texto e das gravuras de Linschoten) como tem facultado a publicação de textos até agora apenas em versão manuscrita, como ainda tem procurado disponibilizar *on-line* colecções documentais incontornáveis para quem estuda estes temas.

Outras cidades, outras línguas, outros céus: os contextos mais gerais

As sínteses historiográficas são essenciais para se compreenderem os sentidos tomados pelas experiências sociais, ao possibilitarem a tematização das novas situações em relação aos seus contextos mais gerais. Por contextos mais gerais entende-se, em primeiro lugar, as sociedades com quem os portugueses interagiram, independentemente de esta interacção ter tido lugar, e depois, os contextos contemporâneos da própria interacção, que a enquadraram e que a tornaram possível

enquanto norma e transgressão — desde a sociedade portuguesa metropolitana até à sua implantação institucionalizada ou não noutros lugares. Neste último nível, é absolutamente essencial estudar novamente, e com outro olhar, as articulações intelectuais, religiosas e políticas no seio dos contextos de decisão quincentistas, de modo a enriquecer as perspectivas sobre as estratégias e as políticas adoptadas para o mundo ultramarino.

Já em 1947, ao publicar um primeiro e único tomo da *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Vitorino Magalhães Godinho apelara — quase em forma de manifesto — a este exercício.²³ Cinquenta anos depois, verificamos que é muito desigual, qualitativa e quantitativamente, a produção historiográfica sobre estes contextos que — no que diz respeito às experiências que tiveram lugar no seio da expansão portuguesa — constituem os seus contextos de interpretação.

Comece-se pelos quadros sociais. Dado que são vários os estudos sobre aspectos diversos da sociedade portuguesa contemporânea da expansão, limitar-me-ei a referir aqueles estudos que, de uma ou outra forma, estão directamente relacionados com a expansão portuguesa. É o caso da publicação recente de uma colectânea de estudos, coordenada por Diogo Ramada Curto com o sugestivo título *No Tempo de Vasco da Gama*, a qual oferece estudos ainda assim parcelares embora com contributos muito inovadores para uma “história social da expansão portuguesa”.²⁴ Contudo, a sua publicação (assim como os volumes sobre a época moderna das recentes *História de Portugal* e *Nova História de Portugal*) não preenchem as necessidades de uma síntese mais articulada dos quadros sociais na época da expansão portuguesa, sobre os perfis típicos desses grupos migratórios, as suas memórias, expectativas, intenções, o seu *ethos*, por fim.

São também urgentes estudos que privilegiem os quadros institucionais e os descrevam com detalhe. Quer os quadros metropolitanos que serviram, antes de mais, de arquétipo, quer os quadros implantados noutros lugares que se constituíram, muitas vezes, como laboratórios de experiências políticas. Se para os primeiros se vai sabendo muito mais, sobre os segundos identificam-se vastas áreas de desconhecimento. Sabe-se mais sobre a Índia, por exemplo, do que sobre as estruturas institucionais experimentadas em território africano. Se são exemplares o clássico artigo de Luís Filipe Thomaz, “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”,²⁵ ou a longa introdução ao primeiro volume da *História dos Portugueses no Extremo Oriente*,²⁶ ou o estudo de A. M. Hespanha, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*,²⁷ são igualmente necessárias análises como *A Organização Militar do Estado Português da Índia*, de Vítor Rodrigues, o *Vincere Reges et Facere: Dos Tratados como Fundamento do Império Português no Oriente*, de Vasconcelos de Saldanha, e ainda, *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Oriente português: Formação e Definição (1505-1570)*, de Catarina Madeira Santos, mas agora sobre os diferentes lugares em que ocorreram experiências resultantes da expansão portuguesa.²⁸

É ainda que seja natural que a historiografia da expansão portuguesa tenha naturalmente privilegiado “famílias geográficas” — reproduzindo, dessa forma, as articulações espaciais do império — antes de se debruçar sobre questões temáticas, transversais, continuam a ser escassas as sínteses sobre essas mesmas configurações

espaciais.²⁹ São urgentes mais histórias como a *História Geral de Cabo Verde*, coordenada por Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos,³⁰ ou *O Império Luso-Brasileiro*, vol. 6 da *Nova História da Expansão Portuguesa*, da responsabilidade de M.^a Beatriz Nizza da Silva e Harold Johnson.³¹ Para o continente africano, por exemplo, existem vários estudos sobre a África Ocidental e muito pouco sobre a costa oriental africana. Para além da já referida *História Geral...*, destaco os estudos sobre o Congo, caso do trabalho de António Gonçalves, onde se analisam as mudanças políticas e sociais e das tradições culturais no Congo, durante os séculos XVI a XVIII,³² de Angola, como o *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*, de Adriano Parreira, onde se procura reconstituir os padrões históricos de produção, de trocas, e a cultura material africana,³³ o *Kaabunké: Espaço, Território e Poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais*,³⁴ de Carlos Lopes, os textos de J. Bato"ora Ballong-Wen-Mawuda sobre S. Jorge da Mina e de Cristina Serafim sobre o golfo da Guiné.³⁵ Mais gerais e diacrónicos, mas talvez mais problematizantes se não controversos — para não citar os clássicos Joseph Miller e Malyn Newitt —, são os trabalhos de Joseph Yaw Appiah, sobre o Gana, e de Paul W. Barrows, sobre Cabo Verde, os quais analisam de um ponto de vista estrutural, os efeitos das experiências de dominação experimentadas por estas comunidades.³⁶

Já o Brasil, enquanto parte do continente americano, tem sido um dos objectos privilegiados pela literatura anglo-americana, a quem se deve a renovação de grande parte das suas problemáticas. Não surpreende, por isso, uma revisitação a temas gerais, dando origem a obras como a de James Lockart e Stuart B. Schwartz ou de Leslie Bethell,³⁷ ou o *Society and Government in Colonial Brazil, 1500-1822*, de Russell-Wood, o *The Golden Age of Brazil*, de Charles R. Boxer, ou mesmo o *Cultura Portuguesa na terra de Santa Cruz*, que reúne um conjunto de textos e autores que fazem da melhor história brasileira.³⁸ Incidindo sobre uma unidade espacial mais pequena, é essencial o trabalho de John Manuel Monteiro sobre a formação da sociedade colonial brasileira através do estudo do caso de São Paulo.³⁹

Mais escassas são as monografias sobre os espaços asiáticos — apesar de mais comuns serem as obras de conjunto —, concentrando-se as que existem no caso goês, sublinhando, aliás, o protagonismo historiográfico que Goa tem tido. *Village Goa; Goa: a Social History; Goa Medieval; Goa Setecentista* são estudos que pretendem oferecer sínteses sobre um espaço onde terão ocorrido algumas das experiências sociais mais diversificadas e também mais trágicas.⁴⁰ Apesar das virtudes de todos estes livros, ainda muito há a fazer para compreender profundamente os quadros nos quais se processaram os registos interaccionais que aí tiveram lugar, cujas memórias positivas e negativas ainda hoje se fazem sentir. Nomeadamente, no que diz respeito ao uso sistemático de fontes de autoria não portuguesa, aos milhares de documentos que acumulam poeira nos arquivos de Goa pela falta de quem tenha competência para os interpretar. Destacam-se, pela excelência, os estudos de Sanjay Subrahmanyam, cujos estudo, e nomeadamente *O Império Asiático Português*, que se apresenta como uma história política e económica mas que constitui, também e em muitos aspectos — na senda de Jean Aubin e de Luís Filipe Thomaz — uma história social.⁴¹ Além destes estudos, a academia goesa tem sido responsável por uma produção prolixa, dando à luz conjuntos de

ensaios que vão colocando mais algumas peças no *puzzle* da história goesa, tais como o de B. S. Shastry, *Goan Society through the Ages*. Mais panorâmica é a edição organizada por Michel Chandeigne, *Goa: 1510-1685, l'Inde Portugaise, Apostolique et Commerciale*, no âmbito de uma colecção já famosa e mais ou menos generalista da editora francesa Autrement.⁴²

Se os arquipélagos dos Açores e da Madeira podem ser considerados territórios de "expansão", é um outro tema que podia concentrar o debate historiográfico. Sem querer subalternizar o seu papel no devir expansionista, julgo que as suas experiências sociais são bastante mais similares às que ocorreram no espaço metropolitano (que também devia ser sujeito a maior atenção no que diz respeito à sua eventual "crioulização") do que às que ocorreram noutros lugares. Assim sendo, optei por não inquirir sistematicamente os sentidos da produção historiográfica sobre ambos os lugares, senão quando ela é claramente reflectora das especificidades sociais inerentes à expansão.

Percepções e experiência: articulações na historiografia

Aceitando a relevância dos quadros perceptivos dos portugueses no conformar das suas experiências, resolvi catalogar, em primeiro lugar, os estudos que os têm como objecto privilegiado. No entender de uma vasta escola das ciências sociais com intensa expressão historiográfica (cujas teses são, no essencial, por mim partilhadas), estes quadros perceptivos são componentes indissociáveis das próprias experiências sociais, conferindo-lhes sentido, mas também integrando novos sentidos por elas transportados. Assim sendo, estudar estes quadros perceptivos é essencial para se aceder a um entendimento mais rico e profundo de todas as outras experiências ocorridas durante os séculos expansionistas.

Por isso mesmo se justifica que o ano de 1983 seja por mim considerado como perturbador — e por isso mesmo como limite anterior — da posterior reflexão historiográfica sobre os sentidos da expansão portuguesa. Apesar de serem estudos de desigual fôlego, tanto *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, de Álvaro Manuel Machado, e o livro de Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento*, quanto *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: Os Viajantes Portugueses e os Itinerários Terrestres*, 1560-1670, de Luís Graça constituem contribuições cujos efeitos, apesar de não imediatos, são essenciais para essa rotação que já se faz sentir, por essa chamada de atenção para a importância da percepção de outros contextos no modo de os tematizar, de os entender e, por isso, no modo de com eles interagir.⁴³ No ano seguinte, Alfredo Margarido veria publicada a sua comunicação "La vision de l'autre (Africain et Indien d'Amérique) dans la Renaissance portugaise" apresentada no colóquio *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, realizado em Tours, no já longínquo ano de 1978,⁴⁴ e em 1985 seria Charles Boxer a chamar a atenção para este aspecto em particular, ao analisar os encontros entre portugueses e japoneses — apesar de ele ser implícito ao seu posicionamento teórico-metodológico mais

geral.⁴⁵ Quatro anos mais tarde, é a vez de Fernando de Castelo Branco e Maria dos Remédios de Castelo Branco recordarem algumas outras narrativas de viajantes (apesar de se limitarem a glosá-las).⁴⁶

Mas foi na década de 90 que se assistiu a uma explosão de interesse sobre as representações do *outro* na literatura, nas narrativas e noutras fontes documentais. M.^a Augusta Lima Cruz abre com o artigo “La vision de l’Indien chez les premiers chroniqueurs portugais de l’Asie: la fixation d’une image”,⁴⁷ Jorge Flores com um problematizante artigo sobre a lenta permeabilidade da imagem do Oriente às apotações informativas dos primeiros contactos,⁴⁸ e um ano depois o mouro e o africano dão entrada neste novo campo de estudos, com os artigos de José da Silva Horta e de Rui Loureiro, num número quase temático — e dedicado ao tema das representações — da revista *Mare Liberum*.⁴⁹ Ainda no espaço da mesma revista, e no mesmo ano, dois outros artigos são igualmente relevantes: o de M.^a Lucília Gonçalves Pires e o de W. G. L. Randles, os quais apontam para a importância das estruturas lógicas e retóricas na percepção e tematização dos encontros com outras comunidades (em ambos os casos, do encontro com os índios do Brasil),⁵⁰ e um livro problematizante, da responsabilidade de Luís de Albuquerque, António Luís Ferro-nha e os mesmos José da Silva Horta e Rui Loureiro, *O Confronto do Olhar. O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas. Séculos XV e XVI*.⁵¹ “África e os africanos no imaginário europeu”, de Jill Dias, e “Os jesuítas portugueses e a representação das culturas”, de Rosa Maria Perez, são abordagens tipicamente antropológicas,⁵² em cuja modalidade reflexiva se filia a maioria dos restantes estudos supracitados, e aqueles que se seguem. Japão, China e novamente Índia, ou concretamente, o indiano, concentram as atenções do que é publicado nos últimos anos seguintes (o que não surpreende dada a riqueza de muitas das fontes discursivas que se referem a estes lugares): caso da dissertação de mestrado de Horácio Peixoto de Araújo, do artigo de Raffaella d’Intino, da dissertação de doutoramento de Rui Loureiro sobre a China, do livro de José Manuel Garcia sobre o Japão, do artigo de Sanjay Subrahmanyam, na *Oceanos*, dos textos de Sanjay Subrahmanyam e de Diogo Ramada Curto no catálogo da exposição *Histórias de Goa*.⁵³ Subrahmanyam levanta questões pertinentes em relação à articulação estabelecida entre as percepções dos primeiros observadores portugueses e os discursos “orientalistas” posteriormente construídos sobre Goa, constituindo-a como uma *Goa dourada*, tanto para o mero visitante como para a maior parte dos cientistas sociais. O texto de Ramada Curto constitui, sem dúvida, a melhor recensão sobre os discursos portugueses e estrangeiros sobre Goa, escritos desde a centúria de quinhentos, apesar de contemplar apenas *en passant*, o que é, aliás, referido pelo próprio autor, algumas das instâncias discursivas mais ricas para estudar estas matérias — os textos produzidos por clérigos e religiosos. Curto não só é sensível aos diversos contextos e modalidades textuais (diferenciando, por exemplo, a escrita dos primeiros encontros da escrita posterior; ou as diferentes funções dos discursos relacionadas com as posições dos seus “autores”), como oferece — depois de D. Lach — uma primeira listagem sistematizada e muito completa das fontes narrativas e eminentemente laicas relacionadas com tal objecto. Recentemente, foi defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas uma excelente dissertação de mestrado orientada por

Jill Dias, da autoria de Carlos José Duarte Almeida: *A Representação do Africano na Literatura Missionária sobre o Reino do Kongo e Angola (Meados do Século XVI a Meados do Século XVII)*.⁵⁴ Trata-se de um estudo sistemático, bem estruturado teórica e metodologicamente, no qual, mais uma vez, se destaca a importância da articulação de dispositivos culturais com a experiência noutros lugares e as projecções político-sociais sobre esses mesmos lugares. Espera-se a sua publicação e que outros exemplos do género se sigam. Da história da literatura surgem, cada vez mais, estudos do maior interesse para aprofundar estas perspectivas. Desde o 1.º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses: Dimensões da Alteridade nas Culturas de Língua Portuguesa, até à recentíssima edição coordenada por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira, *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas*,⁵⁵ inserido na colecção "Viagens", da editora Cosmos, dirigida pela mesma Maria Alzira Seixas, são duas entre várias publicações recentes em torno da literatura de viagem e das suas implicações. A atenção aos conteúdos das representações chegou, finalmente, a um outro conjunto documental: a cartografia, onde se destacam os estudos de M.ª Fernanda Alegria, uma recente dissertação de mestrado, igualmente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, mas desta vez do departamento de História da Arte, de Alexandra Curvelo, e o catálogo da exposição da Biblioteca Nacional sobre a cartografia do mundo no livro renascentista.⁵⁶ *Olhares cruzados* foi, por fim, o título que a revista *Oceanos* escolheu para oferecer uma série de estudos que se enquadram nesta perspectiva, difundindo-a, dessa forma, para o público mais vasto para quem se dirige esta publicação periódica.⁵⁷

Espera-se que toda esta produção inquiete a posterior historiografia sobre as experiências sociais ocorridas durante e a caso da expansão portuguesa. Na minha opinião torna-se impossível discuti-las, a partir de agora, sem ter em consideração as pré-concepções que os portugueses tinham dos outros, o modo como os olhavam, os percebiam e, os qualificavam e com eles interagiam.

Das experiências dos portugueses enquanto comunidade, grupos, sujeitos

Deixando de lado as imagens e regressando aos protagonistas da história social, optei por continuar da seguinte forma:

- i) começo com uma identificação de trajectórias individuais, recordando a importância de conhecer a diversidade destas de modo a perceber a diversidade de experiências que tiveram lugar no âmbito da expansão portuguesa;
- ii) continuo com estudos que analisam trajectórias grupais, por mim consideradas aos seguintes níveis:
 - trajectórias de "os portugueses" (inclui os estudos cujos títulos se iniciam, em geral, da mesma maneira: *Os Portugueses...*;

- destinos de grupos mais restritos de portugueses que se encontravam em posições explícitas de poder;
- perfis de grupos minoritários de portugueses e grupos de portugueses marginais.

i) A biografia e, principalmente, a “nova biografia” têm não só um alto potencial expressivo como permitem, através da análise da trajectória de vida de um só sujeito, aceder a articulações que, de outro modo, permaneceriam invisíveis. Tendencialmente privilegiando sujeitos em situações de poder (até pela riqueza documental que, normalmente, lhes anda associada), as biografias produzidas nos últimos anos sobre actores da expansão portuguesa não escapam a este *cliché*; até porque raramente se acede a dados que permitam reconstituir a vida de actores pertencentes a grupos sociais com *status* mais baixo. Infelizmente, um projecto patrocinado pela CNCDP, e promovido por Kenneth McPherson e Sanjay Subrahmanyam — *From Biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia, 1500-1800* —, o qual teria oferecido um conjunto de biografias que cobriam um amplo espectro de trajectórias individuais, não chegou a ser concluído. Mesmo assim, existe material que permite, pelo menos, definir alguns perfis típicos. Predominam, entre estas, as biografias (ou os esboços biográficas) de intervenientes no processo político, e, nomeadamente, actores cuja acção se desenrolou em territórios asiáticos.⁵⁸ Escassos são, todavia, os textos sobre actores mais “humildes”, e ainda nenhuns sobre trajectórias femininas. Por fim, são quase sempre sobre actores no Oriente estas biografias. Não será alheia a este facto a existência de um grupo de historiadores “indo-portugueses” que, desde o 1.º *Seminário de História Indo-Portuguesa* se reencontram anualmente, mantendo uma produção regular sobre temas afins; e o facto de os grandes heróis da memória evocarem as possessões orientais. Não posso deixar de referir, neste lugar, a recente publicação de uma colectânea de textos de Jean Aubin que não só torna acessíveis algumas das essenciais contribuições do historiador como introduz alguns temas sugestivos no que diz respeito aos percursos individuais dos sujeitos da expansão.⁵⁹

Entre os estudos sobre os protagonistas políticos, não posso deixar de destacar as recentes três biografias sobre um mesmo homem: Vasco da Gama. Mais (a de Sanjay Subrahmanyam)⁶⁰ ou menos polémicos (como as de Luís Adão da Fonseca e Geneviève Bouchon),⁶¹ estes livros contribuíram para desmistificar, humanizar e dar uma textura humana à figura do “herói” que continuava a permanecer na memória através das memórias inventadas pelos seus biógrafos e exaltadores, além de tematizarem o papel das memórias historiográficas na invenção do senso comum. Nomeadamente, sublinham o perfil de Vasco da Gama para além da sua aventura marítima, fornecendo dados preciosos sobre o *ethos* da fidalguia que atravessava os oceanos, mas também sobre as interações conflituosas que caracterizavam a vida na corte portuguesa e opunham diversos grupos com interesses distintos. Por outro lado, expõem as fragilidades da apresentação gâmica ao mundo indiano, resultante do seu desconhecimento quase total das culturas e das comunidades com quem interagiu. Emblemática, aliás, de destinos posteriores de outros portugueses. Geneviève Bouchon é ainda responsável pela biografia de um outro

grande “herói” da memória colectiva portuguesa, Afonso de Albuquerque.⁶² Também recentemente, outro dos grandes mentores da política da Índia, e comumente apresentado como a alternativa a Albuquerque, foi objecto de um estudo biográfico por parte de Joaquim Candeias Silva: D. Francisco de Almeida.⁶³ Apesar de ser um estudo com um certo fôlego, revela alguns dos vícios frequentes nas biografias: por um lado, o fascínio excessivo pelo biografado; depois, uma fidelidade talvez excessiva ao curso cronológico. Ambos os limites acabam por tornar este estudo útil mas, ainda assim, pouco problematizante. Já Bartolomeu Dias — indubitavelmente, uma das figuras mais interessantes da expansão portuguesa —, embora lhe veja integralmente dedicado um colóquio, e qualquer artigo, não teve ainda a honra de ser biografado; como se a sua memória se devesse silenciar (e é notada, por Adão da Fonseca, a escassez dos registos documentais), de modo a não ocultar o brilho de quem realmente tinha chegado à Índia.⁶⁴ Outros vice-reis tiveram melhor sorte, caso de Matias de Albuquerque, a quem J. Wicki dedicou um relato biográfico, apologético, baseado numa fonte inédita até à época, e do Conde de Linhares, num registo de Anthony Disney, o qual articula a vida de D. Miguel de Noronha durante o governo vice-reinal, permitindo, desse modo, perceber algumas das especificidades do mesmo.⁶⁵

Os actores políticos de segunda linha — por vezes aqueles que mais influência tinham no devir dos acontecimentos — têm concentrado as atenções mais recentes, apesar de, nem sempre, as biografias avançarem para além de uma listagem cronológica de actividades do actor escolhido. Sobre estes não se encontram biografias propriamente ditas, mas reconstruções relativamente breves de percursos biográficos. Destaco, porém, os artigo de Jorge Flores sobre Miguel Ferreira, através do qual o autor procura expor a complexidade da história portuguesa no Oriente, a partir do lugar do português na malha social de portugueses e das suas relações com as sociedades locais, *sublinhando* a diversidade da “fisionomia social da expansão portuguesa”,⁶⁶ de Luís Filipe Thomaz, no mesmo número da *Mare Liberum*, que interpreta o percurso de o “Malabar” como uma trajectória típica que revelava o que acontecia na Índia desde os finais do século XVI, ou seja, “a sociedade crioula — casados, mestiços e conversos assimilados — a manobrar em boa parte a própria política do estado” (p. 61),⁶⁷ ou mesmo de Anthony Disney que, apesar de defender talvez exageradamente os percursos da fidalguia que passava pelos territórios orientais, aponta para a necessidade de rever certos preconceitos historiográficos em relação a determinados grupos sociais (a nobreza e a fidalguia, por exemplo), procurando, ao invés, compreender razões profundas orientadoras de determinadas escolhas.⁶⁸ A maior parte dos restantes textos sobre estes “tipos” são mais informativos do que problematizantes.⁶⁹

Por razões não apenas analíticas, separei as trajectórias de membros do clero das dos actores envolvidos nas tramas políticas — apesar de, em muitos casos, os primeiros actuarem como os segundos, quer pela própria organização de poderes na época, quer por força da posição que ocupavam, quer ainda por meras razões de interesse. Contudo, também os destinos dos eclesiásticos são desiguais, dependendo, desde logo, do facto de serem regulares ou seculares. Depois, de serem membros de uma ou outra ordem. Significativamente, os textos biográficos a que temos

acesso são sobre bispos e missionários jesuítas, reflectindo a memória documental a familiaridade com a comunicação escrita e com as redes de poder. Um franciscano, Fr. Luís do Salvador, faz parte deste grupo, mais devido à sua posição — o facto de ser o primeiro missionário na Índia — do que a outras razões.⁷⁰ Infelizmente, quase tudo ainda está por conhecer acerca dos destinos dos missionários pertencentes a outras ordens, pois estou certa que, quando isso ocorrer, a própria memória do papel desempenhado pelos jesuítas será reequacionada. Também sobre todos estes últimos é desigual a qualidade de textos que se oferecem ao leitor. Um bispo agostinho reformista — D. Aleixo de Meneses — teve a fortuna de ser estudado por um historiador espanhol da sua ordem,⁷¹ e alguns missionários jesuítas, entre os quais o famoso Alessandro Valignano e o não menos famoso Pe. Manuel da Nóbrega, mereceram algumas linhas de atenção, ou mesmo uma biografia, caso de *Rodrigues, o Intérprete*. Estes textos contribuem, em qualquer caso, para desconstruir uma imagem de senso comum (se bem que não senso comum historiográfico) da santidade das trajectórias missionárias. Apesar de muitos prosseguirem os seus caminhos em função da sua fé, outros ter-se-ão deixado encantar por interesses e necessidades mais terrenas, constituindo, muitas vezes, percursos verdadeiramente individuais.⁷²

Talvez sejam ainda outros os destinos individuais que oferecem uma imagem mais enriquecedora do potencial de experiências sociais que a expansão portuguesa proporcionava. Continuando a referir-se, porém, a actores de passagem ou estabelecidos nos territórios asiáticos. Um príncipe convertido atraíu o interesse de dois historiadores, Sanjay Subrahmanyam e Ana Marques Guedes, e a sua disputa teve mais uma vez lugar nas páginas da *Mare Liberum*.⁷³ O historiador indiano mostra, por um lado, como é que o percurso de D. Martinho Alemão ilumina alguns dos métodos utilizados pelos portugueses para construir esferas de influência política e, por outro, como é que estes sujeitos que providenciavam a comunicação entre dois mundos distintos tinham uma margem de liberdade multiplicada. Ana Marques Guedes, noutro estilo, aponta no mesmo sentido. Um degredado, um negro, um judeu e um rei indígena concentram o resto das atenções. Os seus destinos oferecem uma medida daquilo que é talvez mais característico da expansão portuguesa, ou da expansão dos portugueses — a sua presença nos lugares mais inesperados, as soluções individuais independentemente de (ou contra) a coroa de Portugal que, naturalmente, via a sua capacidade disciplinar altamente reduzida em territórios tão longínquos (naturalmente, se se pensar que mesmo em Portugal o controlo da coroa sobre o território era francamente fluido em muitas áreas geográficas e muitas dimensões do poder).⁷⁴

ii) Muitos destes destinos individuais aqui enunciados integravam as experiências dos portugueses que viajavam pelos sítios mais diversos. A tradição historiográfica e mesmo a ideia de que, em última instância, havia uma identidade portuguesa mais ou menos inquestionável, levaram à proliferação de estudos cujo título se incia, invariavelmente, por “Os Portugueses ...”. É claro que nem todos estes trabalhos utilizam de forma acrítica a categoria, e é mesmo possível dizer que a maioria, actualmente, não o faz. Contudo, um título deste género acaba por contribuir

para uma ideia de identidade experiencial de algo — os portugueses — que hoje é facilmente reconhecível como uma entidade com individualidade própria, não o sendo, contudo, na época.

Os títulos mais gerais, para começar. Russell-Wood apresenta o único estudo que procura articular e comparar a experiência dos portugueses em contextos culturais e sociológicos muito distintos.⁷⁵ Para além deste trabalho, os outros livros identificados incorrem no mesmo critério enunciado anteriormente — combinam a variável “portugueses” com uma unidade espacial: privilegiando a Ásia, Índia, China e Pacífico, caso dos livros de Daya da Silva e da edição da responsabilidade de Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos, cuja presença neste texto se limita à sua referência, já que não tive a possibilidade de os consultar.⁷⁶ Ou de *Os Portugueses e o Mar do Ceilão*, de Jorge Flores, que logo na introdução anuncia uma análise que acaba por inverter a ordem do próprio título, pois postula a necessidade de compreender, em primeiro lugar, as dinâmicas e os equilíbrios próprios aos lugares onde os portugueses desenvolveram interesses (de ter uma postura asiocêntrica, segundo a expressão do autor), de forma a poder aceder aos significados da experiência portuguesa.

Independentemente da maior ou menor complexidade destes estudos (exemplificadas para o primeiro caso, pelo estudo acima citado, e para o segundo, pelo estudo que se segue), estes trabalhos oferecem, contudo, uma mesma imagem — a da diversidade da experiência portuguesa.

Mesmo quando os trabalhos são predominantemente descritivos e acríticos, eles contribuem para sedimentar esta ideia. Destaco o caso da dissertação de mestrado de M.^a do Carmo M. Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVI* por ser exemplar.⁷⁷ Tratando-se de um estudo pouco ou nada problematizante, de sabor enciclopédico na retórica da sua escrita, de um estudo que recorre, inclusive, a conceitos perigosos como “estado”, “classe” e outros, para designar instituições e realidades sociais que pouco tinham a ver com os conteúdos que os vocábulos evocam (erro muito comum à generalidade dos historiadores da expansão portuguesa, aliás), não deixa de contribuir — porque fundado sobre um *corpus* documental seguro (uma das virtudes deste tipo de trabalhos) — para fortalecer o sentido da diferença, do dinamismo e da diversidade das experiências portuguesas. Os pecados e as virtudes deste caso extremo podem identificar-se de forma menos radical em alguns outros trabalhos que, na minha opinião, integram esta categoria.⁷⁸

É interessante verificar que, noutros lugares, os mesmos autores não incorrem em semelhantes imprecisões. Procurando contornar as visões eurocêntricas que normalmente condicionam o seu estudo, defendendo a ideia de que a experiência portuguesa mais do que idêntica era diferente, João Paulo de Oliveira Costa oferece um texto bastante mais estimulante do ponto de vista teórico e metodológico, no artigo que escreve para a *Studia* sobre os portugueses e a cristandade sino-malabar, se o compararmos com os livros do mesmo autor supracitados.⁷⁹ No mesmo sentido apontam os artigos de Freeman-Granville, Goertz, K. S. Mathew e de Sanjay Subrahmanyam, todos eles publicados no excelente vol. 49 da revista *Studia*.⁸⁰ o primeiro aponta para o potencial informativo que testemunhos menos evidentes possuem — caso do património construído e do património linguístico o

segundo, apesar de não oferecer um estudo de micro-história, revela uma sensibilidade micro que oferece, por isso mesmo, quadros enriquecedores das relações estabelecidas por grupos de portugueses com as elites locais de Cochim, as suas estratégias, etc.; K. S. Mathew ao insistir na descrição detalhada da sociedade do Malabar — apresentando-a como a *norma* — para aferir, depois, a sua vulnerabilidade a desafios vindos do exterior, contribui para desestruturar a imagem, infelizmente ainda muito partilhada, de que as comunidades com as quais os portugueses se encontraram estavam imobilizadas no tempo à espera da chegada dos aventureiros lusos. Luís Filipe Thomaz articula de forma sistemática as configurações imagéticas e as experiências dos portugueses no mar de Bengala⁸¹ e, por fim, Sanjay Subrahmanyam faz mais uma vez aquilo a que já habituou — desfaz e refaz a história, desta vez mostrando que a intervenção dos portugueses no sul do Coromandel não foi totalmente silenciada com a chegada dos holandeses; adaptando-se às novas regras do jogo, mesmo contra as indicações da coroa portuguesa, muitos portugueses continuavam a manter interesses comerciais — e a manter-se — naqueles lugares.

Textos que enunciem, logo no título, as dificuldades inerentes aos contactos entre a comunidade de portugueses e as outras comunidades — a possibilidade de conflito, a necessidade de adaptação, a perturbação da vida noutras lugares, os insucessos — não são frequentes, mas mesmo assim, e novamente, Sanjay Subrahmanyam refere que a história dos portugueses no golfo de Bengala é, antes de mais, uma história de conflitos, Ana Marques Guedes analisa a perturbação provocada pelos portugueses no mundo brimânês e P. E. H. Hair refere o insucesso do estabelecimento dos portugueses em Sierra Leone.⁸²

Entre os destinos marcadamente individuais e os destinos “totalmente” colectivos (e recorde que me refiro, antes de mais, a retóricas narrativas, à própria construção historiográfica) emergem as trajectórias grupais. Do que já ficou acima dito, da insistência na diversidade das experiências vividas por portugueses ou por aqueles que com eles contactaram ou por eles se deixaram fortemente influenciar (caso de D. Martinho Alemão, por exemplo), infere-se a importância de determinadas solidariedades grupais, redes de interesses, quadros de possibilidades de acção. No que concerne os grupos de portugueses, esta relevância é tanto mais estruturante se se pensar na lógica organizadora da própria sociedade portuguesa, essencialmente corporativa, grupal, tendencialmente anuladora da subjectividade individual, providenciando *ethos* e culturas distintas (destinos diversos) aos membros de grupos que eram *naturalmente* diferentes.

Sem querer entrar na controvérsia sobre o papel da fidalguia portuguesa nos destinos da expansão portuguesa, não posso deixar de lembrar que, apesar das pistas lançadas por Charles R. Boxer em 1948, no livro *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*,⁸³ e dez anos mais tarde por Virgínia Rau no artigo “Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII”,⁸⁴ são ainda escassos os estudos sobre este grupo que teve um papel central nos destinos da expansão portuguesa. Para além do artigo de M.^a Augusta da Lima Cruz,⁸⁵ do livro de Russell-Wood⁸⁶ e de alguns esboços biográficos acima citados, muito pouco sobeja. É urgente poder contar-se com mais biografias colectivas como as desenvolvidas por Mafalda Soares

da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, no Instituto de Ciências Sociais sob patrocínio da Fundação Oriente, sobre os vice-reis, governadores e conselheiros do Estado da Índia.⁸⁷ Utilizando o método prosopográfico, os autores conseguiram estabelecer regularidades nos perfis sociológicos destes titulares da governação do Estado da Índia e sondar as razões (muitas das quais simbólicas, identitárias) que reservavam determinados cargos para a aristocracia do reino enquanto que as suas portas eram vedadas às elites locais — o famoso grupo dos “casados”. Ou com artigos como o de M.^a Catarina Madeira Santos sobre a corte vice-reinal, novamente no Estado da Índia, através do qual se compreende melhor um conjunto de estratégias activadas pelos vice-reis no sentido de sedimentar e impor o seu poder (através da exaltação, por exemplo, do seu lado simbólico) numa sociedade altamente estruturada, na qual as tensões e conflitos no interior da comunidade dos portugueses eram latentes e as articulações com as elites locais eram complexas.⁸⁸

Do mesmo modo importa inquirir mais e melhor sobre os perfis sociológicos dos ocupantes dos cargos municipais e de outros ofícios de poder: desde os capitães aos mercadores, aos casados, aos missionários. Mais uma vez, estudos de Charles Boxer fizeram história,⁸⁹ mas sem suscitarem seguidores explícitos.⁹⁰ Ainda duas referências ao Brasil, sobre as quais, infelizmente, não posso tecer comentários, por não as ter podido consultar: Daniela Calainho e Graça Salgado.⁹¹

Fidalgos, mercadores e missionários — trilogia que normalmente ocorre pensar para descrever os grupos de portugueses que viajaram para os territórios ultramarinos sob dominação portuguesa ou para aqueles com os quais os portugueses mantinham, de uma ou de outra forma, contactos. Considere-se, agora, estes últimos. De novo se reproduzem as mesmas opções que já caracterizavam os estudos biográficos: de entre os missionários, quase apenas os jesuítas. Apesar de eu própria estudar, entre outras coisas, trajectórias de jesuítas, confesso sentir-me cansada do seu protagonismo — documental e historiográfico. Ainda assim, alguns estudos procuram cartografar a presença das diferentes ordens num mesmo território, caso dos artigos de José Manuel Correia e José Manuel Garcia, na *Mare Liberum*, e de Gervasis Mulakara, na *Studia* ou, como no caso do artigo de Teodoro de Matos, que contém informação preciosa sobre a saúde financeira das casas de religiosos em Goa.⁹²

Desta escassez sobre a generalidade das ordens religiosas passamos ao estrelato jesuíta. Não quero com isso dizer que todos os estudos sobre jesuítas os perspektivem positivamente. Ao invés, muitos trabalhos optam por desconstruir a ideia de uma santidade missionária, e muitos dos seus autores são eles próprios jesuítas.⁹³ Contudo, a sua totalitarização do espaço historiográfico é, por si só, perigosa, por sedimentar a ideia do seu omniprotagonismo. Embora seja o próprio confronto com as fontes que sugira (e facilite) o protagonismo dos jesuítas (a ordem “escritora”, por excelência), é fundamental que outras vias sejam desbastadas de modo a obter uma imagem mais equilibrada dos papéis desempenhados por todas as ordens na economia do mundo missionário.⁹⁴

A literatura sobre os jesuítas portugueses é evidentemente dominada pelo estudo monumental de Dauril Alden.⁹⁵ Teoricamente e metodologicamente inspirado na teoria organizacional, Alden analisa os destinos da Companhia de Jesus a

partir dessa metáfora, incorrendo no risco de, por vezes, insistir em demasia na ideia de um destino programático. A reedição do texto clássico de Léon Bourdon oferece um contraponto teórico e metodológico dos percursos da historiografia sobre as missões e as ordens missionárias.⁹⁶ No âmbito da produção sobre a experiência missionária, destaque-se ainda a dissertação de mestrado do Pe. Manuel Pereira Gonçalves, primeira tentativa de comparação sistemática das missões das duas principais ordens missionárias, e do Pe. Nuno da Silva Gonçalves, sobre os jesuítas em Cabo Verde,⁹⁷ e de Manuel Nunes Gabriel, sobre Angola.⁹⁸ Estes estudos não só oferecem informações preciosas sobre a acção dos jesuítas em território africano (e o primeiro, também sobre os franciscanos), como discutem os modelos e métodos mais gerais de comunicação, articulação e adaptação a contextos que não eram familiares para os seus membros. O tricentenário da morte do Pe. António Vieira suscitou não apenas colóquios e congressos como ainda publicações comemorativas. O número duplo da revista *Oceanos* oferece alguns textos interessantes para discutir não só a figura irresistível de Vieira mas também algumas questões mais gerais sobre a presença missionária.⁹⁹

Embora a produção sobre os missionários em espaço asiático seja mais prolixa, tal não significa que tenha oferecido estudos de maior qualidade. Apesar disso, não deixam de constituir fontes informativas sobre algumas modalidades de acção destes missionários.¹⁰⁰ Mais uma vez, o acesso à produção do e sobre o Brasil é dificultado. Constatando o que já fora verificado por M.^a Beatriz Nizza da Silva — a escassez de historiadores portugueses a trabalharem sobre o Brasil, para além da própria, de Ângela Domingues, Jorge Couto, Filipe Nunes de Carvalho. Refiro apenas o estudo de Maxime Ambert, com a certeza, porém, de existirem muitos mais.¹⁰¹

Para além dos portugueses que tinham sucesso dentro dos quadros de integração (invocando o conceito utilizado por Russell-Wood), dentro da norma, estudam-se, actualmente, as trajectórias, os destinos de outros portugueses, ou mais silenciosos ou mais invisíveis ao olhar das fontes. Os *gender studies* chamaram a atenção para as mulheres, cujo ocultamento na memória histórica se deveu, em grande parte, ao controlo masculino dessa mesma memória. Qual a sua recepção na historiografia da expansão portuguesa?

Por vezes, perigosa. O movimento pendular que leva de um estado de subalternização a um estado de protagonismo pode resultar, muitas vezes, em fundamentalismos excessivos. A historiografia não escapou a este truque e produziu, por exemplo, o livro e correspondente artigo de Timothy J. Coates, no qual se amplifica exageradamente o papel da colonização feminina na Índia, o que, no mínimo, deve ser recebido com cuidado.¹⁰² O colóquio *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* proporcionou um vasto número de estudos sobre mulheres, se bem que de qualidade desigual.¹⁰³ Numa abordagem inspirada na micro-história, Ana Marques Guedes analisa os destinos das órfãs enviadas à Índia, recorrendo a conceitos como mercado matrimonial, capital simbólico, percursos tipo, etc., sugerindo que o estudo dos recolhimentos permite aceder aos lugares das mulheres na sociedade de antigo regime e às formas de dependência a que estavam sujeitas.¹⁰⁴ Isabel dos Guimarães Sá articula representações da mulher com o seu enquadramento político e institucional no âmbito da caridade,¹⁰⁵ e Pratima Kamat e M.^a Filomena Vale

demonstram como é possível ficar pela mera descrição, ao abordar temas vizinhos.¹⁰⁶ Verdadeiramente *gender* são o livro de Muriel Nazzari, sobre as transformações sociais paralelas ao fim da obrigatoriedade do dote, em São Paulo,¹⁰⁷ e o artigo de Philip Navik, publicado na revista *Studia* sobre as escolhas e trajetórias das mulheres guineenses confrontadas com novas necessidades e possibilidades de acção resultantes das relações cada vez mais intensas entre Portugal e África.¹⁰⁸ Assim-se, ainda, uma maior atenção dada aos discursos sobre as mulheres.¹⁰⁹

Também os marinheiros, os exilados, os mestiços e mesmo as crianças têm sido objecto de, se bem que escassa, atenção.¹¹⁰ E duas comunidades etnicamente distintas mas que, de alguma forma, podem ser incluídas entre os portugueses (os judeus portugueses e os ciganos de Portugal) têm atraído, também recentemente, a atenção de alguns historiadores. Os destinos dos primeiros são inseparáveis do devir da sociedade portuguesa e, por isso mesmo, o seu protagonismo na expansão é também incontornável. Para além de diversos aspectos deste protagonismo, saliente-se o facto de os territórios ultramarinos constituírem alternativas vivenciais às condições difíceis com que as comunidades judaicas se confrontavam na metrópole. Apesar de hoje se conhecerem melhor algumas das trajetórias dos emigrados nestes lugares, esta é uma área que ainda oferece mais interrogações e incógnitas do que respostas.¹¹¹ Já a respeito dos ciganos, pouco se sabia até aos estudos de Elisa Lopes da Costa e a sua tematização insere-se num outro tipo de problemáticas.¹¹²

Se os grupos minoritários acima referidos eram reconhecidos como parte do próprio quadro institucional (com menos direitos ou mais privilégios, mas parte integrante da ordem), já outros grupos minoritários não só se situavam nas margens desta mesma ordem como, muitas vezes, as atravessavam. Tornando-se marginais, passíveis de punição, aos olhos da norma portuguesa. Em primeiro lugar, os lançados e os renegados, a quem M.^a Emília Madeira Santos, M.^a Augusta da Lima Cruz e Dejanirah Couto têm dedicado algumas páginas.¹¹³ Já Anthony Disney oferece uma interessante pintura de uma actividade que se situava verdadeiramente nas margens da ordem, beneficiando desse estado: o contrabando, demonstrando, contudo, que eram “cidadãos comuns” quem, muitas vezes, o praticava.¹¹⁴

Nas outras margens

Sabendo que o quadro da diversidade experiencial se impõe de uma forma avassaladora mesmo quando se limita a análise a títulos de artigos e livros que privilegiam, em primeiro lugar, os “portugueses”, pode-se adivinhar o que vai suceder quando se efectua uma rotação para os estudos que invertem a ordem dos factores; ou seja, que abordam, em primeiro lugar, os contextos e as comunidades que não eram familiares aos portugueses para, depois, tematizarem as experiências que aí e com elas tiveram lugar.

A diversidade de estudos corresponde uma grande diversidade de qualidade, também. Enquanto que alguns estudos se constroem como monografias dos

espaços e comunidades onde os portugueses se estabeleceram, independentemente destes, tais como o artigo seminário de Beatrix Heintze, que oferece informações preciosas sobre os modos de vida em Angola nos séculos XVI e XVII, a obra de Joseph C. Miller, da qual destaco, para este período, o artigo “Angola no século XVI: Um mundo que o Português encontrou”,¹¹⁵ e de Makwanza Butaminisa e Yelengi Nkasa, “L’Homme blanc en Afrique centre-occidentale: quelques témoignages d’échanges interculturels (XVI-XIX siècles)”,¹¹⁶ o livro de Alberto da Costa e Silva sobre o mesmo tema, o artigo de Isabel Castro Henriques, sobre São Tomé, e a dissertação de mestrado de Gina Maria P. M. F. C. Antunes, na qual a autora trabalha sobre uma comunidade com interesses contrários aos dos portugueses, analisando as suas estratégias de poder e ascensão, concorrentes com os interesses portugueses;¹¹⁷ outros incidem sobre os primeiros encontros. Integram-se nesta categoria os livros de Jorge Couto sobre o Brasil, de Joseph Velinkar sobre a Índia, de Ilídio Amaral sobre Angola, sendo o primeiro incontornável para quem estuda o Brasil, até por abordar as questões de um modo estrutural, o que não é comum na historiografia expansionista.¹¹⁸ Também recentemente foram publicadas as actas do seminário *Encontro de Povos e Culturas em Angola*, que transporta para este espaço problemáticas mais recentes.¹¹⁹

Neste domínio são essenciais os estudos que têm como objecto as sociedades crioulas, as transacções interculturais e os processos de criouliização. Nestes persiste, todavia, uma tendência para privilegiar o impacto que a presença dos portugueses teve sobre as comunidades com as quais interagiram — e não o inverso. Assinala-se — com a excepção de Luís Filipe Thomaz, de Isabel Castro Henriques e de António Rita-Ferreira — o monopólio da autoria estrangeira no que concerne a estudos deste género. O estudo diacrónico de Luís Filipe Thomaz lança pistas essenciais para a apreciação das formas de criouliização ocorridas nos territórios de Goa e dos destinos sociais dos actores aí envolvidos,¹²⁰ enquanto Janet Rubinoff procura compreender, à luz da presença portuguesa, as transformações que ocorreram em Goa, quer ao nível de estruturas sociais muito profundas, como as castas, quer das unidades espaciais e político-institucionais que lhe correspondiam, as comunidades, concluindo pela existência de dinâmicas endógenas motivadoras da criouliização.¹²¹ Já Kenneth McPherson — o qual insiste na importância de uma abordagem multidisciplinar da história social da Índia, asserção aplicável ao estudo de outras áreas geográficas — investiga as interacções entre portugueses e a comunidade de pescadores paravas e as transformações a que esta foi sujeita.¹²² Outros textos investigam as formas de adaptação que ocorreram quando destes contactos ou, mesmo, o espaço de manobra que assistia às populações que se confrontavam com a dominação portuguesa, caso do artigo de Scammel que mostra que sem a participação “interessada” de sujeitos e comunidades da Índia, a sobrevivência do Estado da Índia teria sido hipotética.¹²³

A recuperação do papel das comunidades dominadas em todo o processo de dominação tem tido ressonância no âmbito dos estudos africanos, onde se destaca, evidentemente, a obra de John Thornton, sobre os africanos, e de Trevor Paul Hall, sobre o papel dos cabo-verdianos no comércio atlântico.¹²⁴ Sobre crioulos propriamente ditos é o livro de Jean Boulège, e o de R. R. S. Chauhan discute a africanização

dos territórios indianos através da presença cada vez maior de africanos naquele subcontinente.¹²⁵ As interações entre comunidades de índios e grupos dominantes ocuparam Maxime Haubert e novamente John Manuel Monteiro.¹²⁶

Tanto quanto alguns destes estudos oferecem a imagem de consenso como representativa, no seu todo, da experiência intercultural, alguns outros constroem-se, desde o início, sobre a ideia de conflito, resistência e instabilidade. Para o Brasil, são incontornáveis os trabalhos de Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas e dos seus discípulos, que incidem sobre os conflitos de imaginário e de costumes sociais — classificados como idolatria — que ocorreram entre dominadores e dominados (evocando o belíssimo estudo de Serge Gruzinski), e as suas consequências violentas sobre as comunidades de índios.¹²⁷ Ainda sobre o Brasil, o livro de Evaldo Cabral Mello e a dissertação de mestrado de Filipe Nunes de Carvalho; estes dois últimos estudos privilegiam uma perspectiva sociológica.¹²⁸ Privilegiam também a perspectiva sociológica os estudos sobre conflitos e resistências que ocorreram no continente africano. Cabo Verde concentra as atenções, o que não significa, evidentemente, que tenha sido o lugar com mais elevado grau de conflitualidade e instabilidade social. Daniel A. Pereira e o clássico António Carreira sublinham a importância dos grupos mestiços na sociedade cabo-verdiana e o modo como esta podia constituir um foco conflitual no confronto com os vindos do reino,¹²⁹ enquanto que Ângela Domingues deu a conhecer a elevada taxa de criminalidade que caracterizava a Ilha do Fogo, o que em si não é surpreendente se se recordar que esta era um dos recipientes de degredados portugueses.¹³⁰ Refira-se, ainda, Tome N. Mbuia-João, o qual analisou a revolta de um poderoso convertido contra a dominação portuguesa, Rui Ramos e Catarina Madeira Santos, que estudaram rebeliões e tensões em São Tomé.¹³¹

Institucionalizações

Considere-se, por fim, e partindo de uma concepção rica de “instituição” e “institucionalização”, a historiografia que privilegia alguns aspectos institucionalizados das experiências multiculturais.

A mais visível e chocante de todas estas instituições, destas práticas institucionalizadas, é, evidentemente, a escravatura. Mas há outras instituições igualmente estruturantes — apesar de nem sempre omnipresentes — que enquadraram grande parte das experiências sociais que ocorreram sob a expansão portuguesa: as capitânias, as missões, os aldeamentos, as casas de catecúmenos, as escolas de meninos, o pai dos cristãos, os conventos, as confrarias, as misericórdias, a própria inquisição.

A escravatura, em primeiro lugar. Em 1982, Saunders publicaria *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*, mas apesar do impulso dado por este estudo, o estudo da escravatura em territórios sob dominação portuguesa, ou por causa da dominação portuguesa, não aumentou.¹³² Na década de 80, com a

excepção de Isabel Castro Henriques,¹³³ os estudos sobre a escravatura sob domínio português são de autoria estrangeira.¹³⁴ Não querendo interpretar esta sistemática aversão da historiografia portuguesa sobre temas mais controversos para a sua memória, limito-me a assinalar o facto. É nesta década que surge mais alguma investigação lusa, onde se destaca, evidentemente, M.^a do Rosário Pimentel, com a publicação do livro *Viagem ao Fundo das Consciências: A Escravatura na Época Moderna*,¹³⁵ cujo título indica, precisamente, o mecanismo psicológico de omissão a que o tema terá sido sujeito, e um ou outro artigo de M.^a Luísa Esteves.¹³⁶ E recentemente surgiu o livro de Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros Portugueses na Rota das Índias de Castela (1541-1556)* que, na minha opinião, peca pela ausência de problematização.¹³⁷ Mais uma vez é estrangeira, principalmente, a investigação sobre este tema.

África e Brasil polarizam o grosso de estudos, em consonância com a extensão e o dramatismo do fenómeno da escravatura em ambos os territórios: no primeiro pela disrupção social causada pela sangria demográfica constante, no segundo pela construção da sociedade colonial a partir da exploração mais extrema do ser humano.¹³⁸ E os estudos sobre as longitudes asiáticas revelam uma escravatura do tipo urbano e doméstico que — como acontecia com os Abexins no Guzerate — podia interferir nos próprios destinos sociais dos outros.¹³⁹

A escravatura foi um sangue que percorreu todos os territórios da expansão portuguesa, apesar de adquirir diferentes matizes, conformes ao tipo de instalação experimentada pelos portugueses: mais violenta e dramática a ocidente (como acontecia nas plantações),¹⁴⁰ exercendo uma violência doce, mais pacífica a oriente e na metrópole (como era o caso da escravatura urbana, doméstica).

Nenhuma instituição terá sido tão omnipresente como a escravatura — nem mesmo a missão. Adquirindo diversas formas institucionais de modo a melhor adaptar-se aos lugares em que se desenvolvia, a missão nem sempre encontrou condições para se enraizar. A sua forma mais eficaz — mas também a cultural e socialmente mais violenta — foram os aldeamentos do Brasil. Mas também na Índia e na África foram experimentados estes laboratórios iniciáticos, onde os sujeitos de outras culturas aprendiam uma nova linguagem cultural. Infelizmente, nem sempre o estudo das missões tem incidido sobre este aspecto disciplinar¹⁴¹ — a sua relevância enquanto estrutura de integração social, de integração num determinado *modus vivendi*, como se pode verificar quer nos textos já referidos sob o item “missionários”, como ainda alguns capítulos de síntese, publicados na colecção *Portugal no Mundo*. Apesar de tudo, pode contar-se com um ou outro artigo mais problematizante.¹⁴² Para além das missões, outras instituições tiveram um papel importantíssimo neste processo de transição — caso dos catecumenatos e do pai dos cristãos, mas também dos conventos, recolhimentos, confrarias, etc. Reproduzindo critérios de distinção social em uso na metrópole, estes espaços de sociabilidade constituíam, contudo, dispositivos fundamentais para a automatização de certas rotinas religiosas, sociais, comportamentais. Para além de alguns estudos acima referidos — caso dos trabalhos sobre as misericórdias de Russell-Wood, de Isabel dos Guimarães Sá e de Francisco Bethencourt — é escassa a investigação que toma em consideração esta perspectiva.¹⁴³

Tanto quanto estas instituições se podem definir como “positivas” — porque revelavam um esforço programático de integração (mesmo que diferenciada) dos convertidos na ordem de dominação portuguesa — uma outra instituição emergia como essencialmente punitiva: a inquisição. Infelizmente, e para além dos trabalhos de Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas e Plínio Freire Gomes sobre o Brasil, supracitados, nada existe sobre os restantes lugares que privilegie uma perspectiva antropológica e social.¹⁴⁴

Evidentemente, todas as outras instituições exportadas pelos portugueses tiveram um papel importante nos destinos sociais, quer dos portugueses viajantes, quer das comunidades que comunicavam mais intensamente com eles. É certamente o caso das capitánias, como é o caso das restantes instituições assistenciais e das suas modalidades de assistência, ou ainda, numa área bem mais fluida, da alimentação.¹⁴⁵

Em jeito de conclusão, duas palavras. Torna-se evidente, por um lado, a rotação que mais e mais se sente nos estudos recentes da historiografia, contaminados pelas aporções do campo antropológico e sociológico. Pode traçar-se, por outro, um paralelismo entre os historiadores portugueses de hoje e os seus historiados de então — a escassez de gentes para dominar eficazmente tanto espaço e tão grandes sonhos. Por isso mesmo, são relevantes edições como a *História da Expansão Portuguesa* — ambiciosa e frágil oferece num mesmo teatro as virtudes e os vícios da historiografia que a sustenta apresentando-lhe alternativas, as quais começam, desde logo, por uma maior internacionalização dos próprios autores portugueses. Desta internacionalização espera-se uma subsequente comparação. Para ela remetem, aliás, os novos caminhos das historiografias que não a portuguesa, as quais não só se revelam sensíveis aos problemas suscitados pelas sociedades globais como enunciam novas problemáticas capazes de constituir e de construir *outros objectos* de análise. Também nós, como os desconhecidos que acordam noutra cidade, noutra língua e sob outro céu.

Notas

- 1 Para ter uma ideia destes debates veja-se, para além do que vai sendo citado ao longo do texto, “Que es la Historia Social?”, *Historia Social*, 10, Primavera-Verão 1991, pp. 135-149 (publ. *What is History Today*, MacMillan, 1988); David Mayfield, “Language and Social History”, *Social History*, 16 (3), Outubro, 1991; David Mayfield e Susan Thorne, “Social history and its discontents: Gareth Stedman Jones and the politics of language”, *Social History*, 17 (2), 1992; Jon Lawrence and Miles Taylor, “The poverty of protest: Gareth Stedman Jones and the politics of language: a reply”, *Social History*, 18 (1), Janeiro, 1993; Geoff Eloy e Keith Nield, “Starting over: the present, the post-modern and the moment of social history”, *Social History*, 20 (3), 1995.
- 2 Francisco Bethencourt e Kirti N. Chaudhuri (org.), *História da Expansão Portuguesa*,

- Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 1 — *A formação do Império (1415-1570)*, vol. 2 — *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*.
- 3 Não querendo com isto esquecer a publicação infelizmente lenta mas igualmente essencial da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques.
- 4 Veja-se, por exemplo, o lugar dado à expansão portuguesa na economia da *História de Portugal* editada pelo mesmo Círculo de Leitores (José Mattoso (org.)), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992-1994, 7 vols.).
- 5 Nathalie Zemon Davis, "Las Formas de la Historia social", *Historia Social*, 10, Primavera-Verão 1991, pp. 177-182, (publ. *Storia della Storiografia*, 17, 1990), p. 177.
- 6 Eric Hobsbawn, "De la Historia Social a la Historia de la Sociedad", *Historia Social*, 10, Primavera-Verão 1991, pp. 5-25 (publ. *Daedalus*, 100, 1971), p. 5.
- 7 Davis, 1991, p. 177.
- 8 Patrick Joyce, "The end of Social History?", *Social History*, 20(1), 1995, *passim*.
- 9 Davis, 1991, p. 178; Gareth Stedman Jones, "Historiographie française, historiographie anglaise. Une autre histoire sociale? (note critique)", *Annales ESC*, 2, Março-Abril, 1998, pp. 383-394, p. 390.
- 10 Jaime Cortesão, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, prefácio.
- 11 Cf. Catarina Madeira Santos, 1998, "Expansão e descobrimentos portugueses: problemáticas e linhas de investigação", pp. .
- 12 Vitorino Magalhães Godinho, "Redescobrir os descobrimentos e a expansão ultramarina", in Alfredo Pinheiro Marques, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988, pp. 7-16; Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa, 1972-1992*, Lisboa, CNCDP, 1993.
- 13 Recentemente verificaram-se algumas exceções. Vide, por exemplo, Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o Rico se Faz Pobre. Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1996.
- 14 A. J. R. Russell-Wood, "A disseminação das gentes", vol. 1 de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 265.
- 15 A. J. R. Russell-Wood, "População e Sociedade", vol. II de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 151, 154, 162.
- 16 In F. Bethencourt e K. Chaudhuri, 1998, vols. I e II.
- 17 E com esta listagem mais do que incompleta não pretendo assemelhar todos eles do ponto da vista da qualidade e do interesse das suas contribuições, mas o facto de os seus textos marcarem a própria reflexão historiográfica.
- 18 Godinho, 1988, pp. 7-8.
- 19 M.^a Beatriz Nizza da Silva, "A historiografia portuguesa e o Brasil Colonial", *Ler História*, 21, 1991, pp. 85-92 e *Guia de História do Brasil Colonial*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1992.
- 20 Jill Dias, "História da colonização — África, sécs. XVII-XX", *Ler História*, 21, Lisboa, 1990; "Bibliografia das publicações sobre a África de língua oficial portuguesa

- entre Janeiro de 1975 e Janeiro de 1983, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, I, 1994, pp. 243-305; e ainda os textos de Jill Dias e de Jorge Flores, in Matos & Thomaz, 1993.
- 21 Luís de Albuquerque, "A historiografia dos Descobrimentos E Da Expansão", *Ler História*, 21, 1991, pp. 79-84
 - 22 M.^a Catarina Madeira Santos, "Expansión y descubrimientos portugueses: problemáticas y líneas de investigación", *Cuadernos de Historia Moderna*, 20, 1998, pp. 111-128.
 - 23 Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, tomo 1, Lisboa, Terra-Editora, 1947.
 - 24 Diogo Ramada Curto, *O Tempo de Vasco da Gama*, Difel, 1998.
 - 25 In Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.
 - 26 In A. H. de Oliveira Marques (org.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 1.º vol. tomo I, *Em Torno de Macau*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.
 - 27 António Manuel Hespanha, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995.
 - 28 M.^a Catarina Madeira Santos, *Goa é a Chave de Toda a Índia. Perfil Político da Capital do Oriente Português: Formação e Definição (1505-1570)*, Lisboa, FCSH, 1996 (no prelo).
 - 29 Catarina Madeira Santos, 1998.
 - 30 Luís de Albuquerque e M.^a Emília Madeira Santos (orgs.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa, IICT, Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo-Verde, 1991, vol. II coordenado por M.^a Emília Madeira Santos, *idem*, 1995.
 - 31 Harold Johnson e M.^a Beatriz Nizza da Silva, *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620*, vol. VI da *Nova História da Expansão Portuguesa*, coord. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.
 - 32 António Gonçalves, *Reestruturação do Poder Político e Inovação Social na Sociedade do Kongo*, 1984.
 - 33 Adriano Parreira, *Economia e Sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*, Lisboa, Ed. Estampa, 1990
 - 34 Carlos Lopes, *Kaabunké. Espaço, Território e Poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais*, Lisboa, CNCDP, 1999.
 - 35 J. Bato'ora Ballong —Wen-Mawuda, *São Jorge da Mina (1482-1637)*, 2 vols, Lisboa/Paris, FCG, 1993; Cristina M.^a J. Serafim, *As ilhas do Golfo da Guiné no Século XVII: São Tomé, Príncipe e Ano Bom*, Lisboa, FCSH, diss. mestrado, policop., 1993.
 - 36 Joseph Yaw Appiah, *The European Influence and the Colonial Transformation of Ghana: 1400-1929*, State University of New York, Albany, 1989; Paul W. Barrows, *The Historical Roots of Cape Verdean Dependency, 1460-1990*, University of Minnesota, 1990, dissertação de doutoramento.
 - 37 James Lockart; Stuart B. Schwartz, *Early Latin America. A History of Colonial Spanish America and Brazil*, Cambridge, CUP, 1983; Leslie Bethell (org.), *Colonial Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
 - 38 A. J. R. Russell-Wood, *Society and Government in Colonial Brazil, 1500-1822*, Variorum, 1992; M.^a Beatriz Nizza da Silva, *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995; Charles R. Boxer, *The Golden Age of Brazil:*

- Growing Pains of a Colonial Society, 1695-1790*, Manchester, Carcanet-FCG-CNCDP, 1995.
- 39 John Manuel Monteiro, *São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society*, 1985.
- 40 Olivinho J. F. Gomes, *Village Goa: A Study of Goan social Structure and Change*, Nova Deli, S. Chand & Company, 1987; P. D. Xavier, *Goa: A Social History (1510-1640)*, Goa, 1993; Teotónio R. Souza, *Goa Medieval*, Lisboa, Estampa, 1994; M.^a de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista*, Lisboa, UCP, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996.
- 41 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Ed. Difel, 1995.
- 42 Michel Chandeigne (org.), *Goa — 1510-1685, l'Inde Portugaise, Apostolique et Commerciale*, Paris, Autrement, 1996.
- 43 Álvaro Manuel Machado, *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1983; Luís Filipe Barreto, *Descobrimientos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, INCM, 1983; Luís Graça, *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa de Viagens: os Viajantes Portugueses e os Itinerários Terrestres, 1560-1670*, Lisboa, INCM, 1983.
- 44 Alfredo Margarido, 'La vision de l'autre (Africain et Indien d'Amérique) dans la Renaissance portugaise', in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Tours, 1978, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 507-555.
- 45 Charles R. Boxer, "When the Twain first met, European conceptions and misconceptions of Japan, Sixteenth-Eighteenth centuries", *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*, Londres, Variorum Reprints, 1985, X.
- 46 Fernando de Castelo Branco e M.^a dos Remédios Castelo Branco, "Goa vista por alguns viajantes estrangeiros (de seiscentos a oitocentos)", *Studia*, 49, 1989, pp. 139-160.
- 47 M.^a Augusta Lima Cruz, "La Vision de l'Indien chez les premiers chroniqueurs portugais de l'Asie: la fixation d'une image", *La Decouverte, le Portugal et l'Europe*, actas do colóquio, Paris, FCG, 1990, pp. 235-241.
- 48 "A imagem do Oriente no Ocidente Europeu: dos ecos da expansão mongol ao Portugal manuelino", *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 2.^a série, 5 (2), Julho-Dezembro 1990.
- 49 José da Silva Horta, "Representação do Africano na literatura de viagem, do Senegal à Serra Leoa, 1453-1508", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 2, 1991, pp. 209-339; Rui M. Loureiro, "Visão do mouro nas Crónicas de Zurara", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 3, 1991, pp. 193-209.
- 50 M.^a Lucília Gonçalves Pires, "Imagens quinhentistas do Brasil: Retórica da descrição", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, Dez. 1991, 3, pp. 225-233; W. G. L. Randles, " 'Peuples Sauvages' et 'États despotiques': la pertinence, au XVI^e siècle de la grille aristotélicienne pour classer les nouvelles sociétés révélées par les Découvertes au Brésil, en Afrique et en Asie", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 3, Dez. 1991, pp. 229-307. Também sobre o Brasil, veja-se João da Rocha Pinto, O olhar europeu: a invenção do índio brasileiro", in *Nas vésperas do mundo moderno: Brasil*, Lisboa, CNCDP, pp. 49-72; e Ulrich Fleischmann, Mathias

- Rodrig Assunção, Zinka Ziebell-Wendt, "Os Tupinambá: Realidade e ficção nos relatos quinhentistas", *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, 14, 1994, pp. 23-41.
- 51 Luís de Albuquerque, António Luís Ferronha, José da Silva Horta, Rui Loureiro, *O Confronto do Olhar. O Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas. Séculos XV e XVI*, Lisboa, Ed. Caminho, 1991
- 52 Jill Dias, "África e os africanos no imaginário europeu", *Oceanos*, 11, Julho 1992, pp. 47-; Rosa Maria F. Perez, "Os jesuítas portugueses e a representação das culturas", *Oceanos*, 12, Novembro 1992, p. 74
- 53 Horácio Peixoto de Araújo, *A Visão da China na "Ásia Extrema" de António Gouveia: Transcrição do Livro do Códice 49-V-1 da Biblioteca da Ajuda em Cotejo com o Códice ARSI Jap-Sin 129 Precedida de uma Contextualização Histórico Cultural e de uma Introdução Textológica*, Lisboa, dissertação de mestrado, UNL-FCSH, 1993; Raffaella d'Intino, "A imagem da China nas informações portuguesas do século XVI", *Oceanos*, 14, Junho de 1993, pp. 14-; José Manuel Garcoa, *O Japão Visto pelos Portugueses*, cat., Lisboa, CNCDP, 1993; Rui M. Loureiro, *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI: Notícias, Imagens e Vivências*, Lisboa, FL-UL, tese de dout., policop., 1994; Sanjay Subrahmanyam, "O gentio indiano visto pelos portugueses no século XVI", *Oceanos*, 19/20, Setembro 1994; *idem*, "O romântico, o oriental e o exótico: notas sobre os portugueses em Goa", in Rosa Maria Perez et al. (org.), *Histórias de Goa*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1997, pp. 29-43; Diogo Ramada Curto, "Representações de Goa: Descrições e relatos de viagem, in Rosa Maria Perez e outros (org.), *Histórias de Goa*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1997, pp. 45-85.
- 54 Carlos José Duarte Almeida. *A representação do africano na literatura missionária sobre o reino do Kongo e Angola (meados do século XVI a meados do século XVII)*, Lisboa, FCSH, 1997, dissertação de mestrado, policop.
- 55 Lisboa, Cosmos, 1999.
- 56 Alexandra Campos Curvelo, *A Imagem do Oriente na Cartografia Portuguesa do Século XVI*, Lisboa, FCSH, 1996, dissertação de mestrado, policop.; M.^a Fernanda Alegria, "Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675)", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 1997.
- 57 Trata-se do n.º 32, Out-Dez. 1997.
- 58 Chegando mesmo a reimprimir-se biografias mais antigas, caso da biografia de André Furtado de Mendonça (Charles H. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça, 1558-1610*, reimpressão, Macau, FO- Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989).
- 59 Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son Expansion en Asie et ses Relations Internationales*, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian/CNCDP.
- 60 Sanjay Subrahmanyam, *The Career and the Legend of Vasco da Gama*, Cambridge, CUP, 1997, traduzido como *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- 61 Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama, o Homem, a Viagem, a Época*, Lisboa, Expo 98/Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1998; Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998.

- 62 Geneviève Bouchon, *Albuquerque. Le Lion des Mers d'Asie*, Paris, Ed. Desjonquières, 1992.
- 63 Joaquim Candeias Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida (1457 (?) — 1510*, Lisboa, INCM, 1996.
- 64 Luís Adão da Fonseca, "Bartolomeu Dias, do pouco que se sabe (...)", *Oceanos*, 3, Março 1990.
- 65 Josep Wicki, "Matias de Albuquerque, 16.º Vice-Rei da Índia, 1591-1597", *Studia*, 48, 1989, pp. 77-100; Anthony Disney, *The Viceroy Count of Linhares at Goa*, Lisboa, IICT, 1985.
- 66 Jorge M. Santos Flores "'Homem que tem muito crédito naquelas partes': Miguel Ferreira, os 'Alevantados' do Coromandel e o Estado da Índia", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 21-38.
- 67 Luís Filipe Thomaz, "Diogo Pereira, o Malabar", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 49-64.
- 68 Anthony Disney, "The Estado da India and the young nobleman soldier: the case of Dom Fernando de Noronha", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 65-75.
- 69 Veja-se, contudo, A. Teixeira da Mota, "Duarte Pacheco Pereira capitão e governador de São Jorge da Mina", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 1, 1990, pp. 1-27; Vítor L. G. Rodrigues, "Sebastião Lopes Lobato: de soldado anónimo a ouvidor-geral da Índia", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 93-100; Dejanirah Couto, "Jerónimo Rodrigues: ébauche d'une carrière Orientale", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 6, 1993, pp. 89-96; Artur Teodoro de Matos, "António Coelho Guerreiro: mercador, burocrata e governador", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 107-111; John E. Wills, jr., "From Olivença to Peking: Manoel de Saldanha and the vagaries of restoration fortune", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 113-117; Richard Goertz, "João Álvares Fagundes, capitão da Terra Nova (1521)", *Studia*, 52, 1994, pp. 9-25; João Paulo Oliveira Costa, "Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaúl", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 9, Jul. 1995, pp. 99-116.
- 70 Jorge M. Santos Alves, "A cruz, os diamantes e os cavalos: Fr. Luís do Salvador, primeiro missionário e embaixador português", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 9-20.
- 71 Carlos Alonso, *Alejo de Meneses, OSA (1559-1617)*, Valladolid, Ed. Agustiniano, 1992.
- 72 Nuno da Silva Gonçalves, "Evangelização do Brasil: o Pe. Manuel da Nóbrega e a acção da Companhia de Jesus", *Brotéria*, 128, 1989, pp. 442-441 e 527-546; Manuel Filipe Canaveira, Alexandre Valignano, Visitador da Companhia de Jesus no Império do Sol Nascente", *Oceanos*, 15, Setembro 1993, pp. 127-; Teotónio R. de Souza, sj., "Gonçalo Martins: A jesuit procurator, businessman and diplomat in the Estado da Índia", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 119-128; Manuel Pereira Gonçalves, "A actividade e obra do Padre Manuel Álvares nos 'Rios da Guiné', século XVII", *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, UCP-CNCDP-FEC, 1993, , I, pp. 661-682; João Paulo Oliveira

- e Costa, "Lourenço, um japonês evangelizador no Japão", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 129ss.; Michael Cooper, sj, Rodrigues, o intérprete: um jesuíta no Japão e na China, Lisboa, Quetzal Ed., 1994.
- 73 Sanjay Subrahmanyam, "Quisling or cross-cultural broker? Notes on the life and worlds of Dom Martinho Alemão, Prince of Arakan", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 77-91; Ana Marques Guedes, "D. Martim, um príncipe arracanês a ao serviço do Estado da Índia e das pretensões portuguesas de submissão da Birmânia", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 6, 1993, pp. 67-82.
- 74 Alejo Garcia, Pedro Lobo, "Negro Francisco Pachico en las expediciones", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 4, 1992, pp. 133-141; M.^a Augusta Lima Cuz, "As andanças de um degredado em terras perdidas, João Machado", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 5, Julho 1993, pp. 39-47; José Alberto R. S. Tavim, "Abraão Benzamero, 'judeu de sinal', sem sinal, entre o norte de África e o Reino de Portugal", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 6, 1993, pp. 115-141; José Alberto R. S. Tavim, *O Rei que Foi em Peregrinação a Varanasi: Cartas de Rama Varun, Raja de Cochim nas Miscelâneas Manuscritas da Graça*, Lisboa, GTMECDP, 1997.
- 75 A. J. R. Russell-Wood, *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia and America, 1415-1808*, Manchester, Carcanet, 1992.
- 76 Daya da Silva, *The Portuguese in Asia*, Zug, Suíça, IDG AG, 1987; M. N. Pearson, *Os Portugueses na Índia*, Lisboa, Teorema: O Jornal, 1990 (trad.); George Bryan de Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Ed. D. Quixote, 1991 (trad.); Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos (org.), *The Portuguese and the Pacific*, Santa Bárbara, Center for Portuguese Studies, USB, 1995
- 77 M.^a do Carmo M. Borges, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no século XVII*, Lisboa, FCSH, 1996, dissertação de mestrado, policop.
- 78 Armando Martins Janeira, *O impacto Português sobre a Civilização Japonesa*, 2.^a ed., Lisboa, D. Quixote, 1988; Julieta Maria de Almeida Araújo, Ernesto Jorge Oliveira Santos, "Os portugueses e o reino do Congo: os primeiros contactos", *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, UCP-CNCDP-FEC, 1993, pp. 636-659; Paulo J. C. S. Pinto, *Portugueses e Malaio: Malaca e os sultanatos de Jahor e Achem, 1575-1619*, Lisboa, FCSH, 1994, dissertação de mestrado, policop.; M.^a da Conceição Flores, *Os portugueses e o Sião no século XVI*, Lisboa, CNCDP/INCM, 1995; João Paulo de Oliveira e Costa, *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*, Macau, Instituto Cultural de Macau — Instituto de História de Além-Mar, 1995; M.^a da Conceição Flores e João Paulo Oliveira Costa, *Portugal e o mar da China no Século XVI: Aspectos da Presença Lusa na Ásia Oriental no Século XVI*, Lisboa, INCM, 1996, Rui Manuel Loureiro, *Onde Nasce o Sândalo. Os Portugueses em Timor nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, GTMECDP, 1996; José Manuel Correia, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP-INCM, 1997.
- 79 João Paulo de Oliveira e Costa, "Os Portugueses e a cristandade sino-malabar", *Studia*, 52, 1994, pp. 121-178.
- 80 G. S. P. Freeman-Granville, "The Portuguese on the Swahili coast: buildings and language", *Studia*, 49, 1989, pp. 235-254; R. O. W. Goertz, "The Portuguese in Cochim in the mid-sixteenth century", *Studia*, 49, 1989, pp. 5-39; Sanjay

- Subrahmanyam, "The South Coromandel Portuguese in the late 17th century: a study of the Porto Novo — Nagapattinam complex", *Studia*, 49, 1989, pp. 341-364; veja-se, também, A. Dias Farinha, "Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538): contribuição documental e crítica para a sua história", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 3, Dezembro 1991, pp. 1-159.
- 81 "Os Portugueses e o mar de Bengala na época manuelina", in Luís Filipe Thomaz, 1994.
- 82 P. E. H. Hair, "The abortive portuguese settlement of Sierra Leone, 1570-1625", in *Vice-Almirante Teixeira da Mota: In Memoriam*, Lisboa, Academia da Marinha — IICT, 1987, pp. 171-208; Ana M. Marques Guedes, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, c. 1590-1630*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994; Sanjay Subrahmanyam, *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, Lisboa, ed. 70, 1994.
- 83 Haia, traduzido em 1990 por Macau, FO-Centro de Estudos Marítimos de Macau, *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770: Factos e Lendas de Macau Antigo*.
- 84 Virgínia Rau, "Fortunas portuguesas ultramarinas e a nobreza portuguesa do século XVII", in *Revista Portuguesa de História*, 8, pp. 1-125.
- 85 M.^a Augusta da Lima Cruz, "A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente", *Studia*, 49, 1989, pp. 315-340.
- 86 A. J. R. Russell-Wood, *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- 87 Mafalda Soares da Cunha; Nuno Gonçalo Monteiro, "Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834) — Recrutamento e caracterização social", *Penélope Fazer e Desfazer a História*, 15, 1995, pp. 91-120.
- 88 M.^a Catarina Madeira Santos, "A corte dos vice-reis da Índia no século XVI: algumas questões", *Vértice*, II série, Março-Abril 1997, pp. 39-48.
- 89 Charles R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*, Madison and Milwaukee, Univ. of Wisconsin Press, 1965; *Casados and Cabotagem in Estado da Índia*, Lisboa, IICT, 1985.
- 90 E quando há artigos que abordam estes grupos, eles são, em geral, pouco problematizantes; Esther Trigo Sousa, "Capitães portugueses nas Ilhas das Molucas", *Studia*, 43-44, Jan-Dez. 1980, pp. 183-283; Isabel Branquinho, "Os capitães-mores da Viagem do Japão", *Oceanos*, 15, Setembro 1993, pp. 92ss.; João de Deus Ramos, "Merchants and missionaries, portuguese establishments at the mouth of the Indus in the sixteenth and seventeenth centuries", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 9, Julho 1995, pp. 243-246.
- 91 Daniela Buano Calainho, *Em Nome do Santo Ofício: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-Universidade do Rio de Janeiro, diss. mestrado, policop.; Graça Salgado (org.), *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- 92 José Manuel Correia, "Ordens ou congregações religiosas em Cochim nos séculos XVI e XVII", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 55-66; José Manuel Garcia, "Ordens ou congregações religiosas nos séculos XVI

- e XVII", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 6, 1993, pp. 55-65; Gervasis J. Mulakara, "Portuguese missionaries in Cochim till 1556", *Studia*, 49, 1989, pp. 69-94; Artur Teodoro de Matos, " 'Terres e haveres' das ordens religiosas de Goa em finais do século XVI: algumas notas para o seu estudo", *Studia*, 53, 1994, pp. 219-228.
- 93 Caso dos estudos de Teotonio de Souza e de Charles Borges, por exemplo.
- 94 Publicações com recepção no meio historiográfico, encontrei apenas duas, e ambas sobre franciscanos: José Manuel Correia, *Os Franciscanos em Cochim*, Braga, ed. Franciscana; Pe. Manuel Pereira Gonçalves, "A presença franciscana na Índia do século XVI", in Luís de Albuquerque (org.), *Portugal no Mundo*, vol. III, Lisboa, Pub. Alfa, 1989.
- 95 Dauril Alden, *The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal. It's Empire, and Beyond 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.
- 96 Léon Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon*, Lisboa-Paris, FCG-CNCDP, 1993
- 97 Pe. Manuel Pereira Gonçalves, *A Missão dos Jesuítas e dos Franciscanos nos "Rios da Guiné" no século XVII*, 2 vols., dissertação de mestrado, FL-UL, 1991; Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996
- 98 Manuel Nunes Gabriel, *Os Jesuítas na Primeira Evangelização de Angola*, Lisboa, 1993
- 99 *Padre António Vieira, 1697-1997*, 30/31, Abril-Setembro 1997.
- 100 Charles J. Borges, "Racial tensions of the Society of Jesus in India before 1759", in Teotonio R. de Souza; Charles J. Borges, *Jesuítas In India: In Historical Perspective*, Macau, Instituto Cultural de Macau/ Xavier Centre of Historical Research, 1992, pp. 61-71; Walter Fernandes, "Jesuit contribution to social change in India (16th. to 20th. century)", in Teotonio R. de Souza; Charles J. Borges, *idem*, 1992, pp. 157-193; João Paulo de Oliveira e Costa, *A Missão de João de Brito*, Lisboa, Ed. do secretariado para as comemorações dos 5 séculos de evangelização e encontro de culturas, 1992; Charles J. Borges, *The Economics of the Goa Jesuits, 1542-1759, An Explanation of Their Rise and Fall*, Nova Deli, Concept Pub. Company, 1994; M.^a Odete S. Martins, *A Missão nas Molucas no século XVI: Contributos para o Estudo da Acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, FCSH, 1994, dissertação de mestrado, policop.
- 101 Maxime Haubert, *Índios e jesuítas no Tempo das Missões*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- 102 Timothy J. Coates, *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1775*, Lisboa, CNCDP, 1998 (trad.); Timothy J. Coates, "Colonização feminina patrocinada pelos poderes públicos no Estado da Índia (1550-1759)", *Oceanos*, 21, Janeiro de 1995, pp. 34.
- 103 *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. Congresso Internacional realizado em Lisboa, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Cadernos da Condição Feminina, n.º 43, 1995.
- 104 Ana Isabel Marques Guedes, "Tentativas de controlo da reprodução da população colonial: as órfãs d'el-rei", in *O Rosto Feminino da Expansão*, Colóquio Internacional, Lisboa, 1994.
- 105 Isabel dos Guimarães Sá, "Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto da caridade em Portugal e nas colónias (séculos XVI-XVIII)", in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Congresso Internacional, Lisboa, 1994.

- 106 Pratima Kamat, "Instituições cristãs de caridade e a mulher em Goa", *Oceanos*, 21, Janeiro 1995, pp. 45ss.; M.^a Filomena do Vale, "Os recolhimentos femininos e a expansão", in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Congresso Internacional, Lisboa, 1994
- 107 Muriel Nazzari, *Disappearance of the Dowry. Women: Families and Social Change in São Paulo, Brazil, 1600-1900*, Stanford, Stanford University Press, 1991
- 108 Philip Navik, "Women and trade in the Guinea Bissau region: The role of African and Luso-African women in trade networks from the early 16th to the mid 17th century", *Studia*, 52, 1994, pp. 83-120.
- 109 Isabel Castro Henriques, "As outras africanas: as reais e as inventadas", *Oceanos*, 21, Janeiro 1995, pp. 53ss.; Fátima Gracias, "A mulher na literatura indo-portuguesa: Diversas facetas de Sundorem", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 9, Julho 1995, pp. 349-362
- 110 A. J. R. Russell-Wood, "Seamen ashore and afloat: the social environment of the carreira da Índia, 1550-1750", in Ursula Lamb, *The Globe Encircled and the World Revealed, vol. 3 of An Expanding World. The European Impact on World History, 1450-1800*, (ed. A. J. R. Russell Wood), Variorum, 1994; A. J. R. Russell-Wood, "Men under stress: The social environment of the Carreira da Índia. 1550-1750", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, ed. de Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa, 1985; Eduardo R. Saguier, "The social impact of a middleman minority in a divided host society: the case of the portuguese in Buenos Aires", *Hispano-American Historical Review*, 65 (3), pp. 467-491; M.^a Emília Madeira Santos, "Mulatos, sua legitimação pela Chancelaria Régia no século XVI", *Studia*, 53, 1994, pp. 237-246; Beatriz Basto da Silva, "As crianças na expansão portuguesa", *Vértice*, II série, Março-Abril 1997, pp. 33-37.
- 111 M.^a Helena Carvalho dos Santos e José Sommers Ribeiro (org.), *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, Lisboa, FCG, 1995; José Alberto R. S. Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos Durante o Século XVI: Origens e Actividades de uma Comunidade*, Lisboa, FCSH, 1991, dissertação de mestrado, policop.; o tema foi abordado num número da revista *Oceanos: Diáspora e Expansão. Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, n.º 29, Jan-Mar. 1997.
- 112 Elisa Maria Lopes da Costa, "O povo cigano e a colonização — Portugal e Espanha, soluções diversas", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 10, Dezembro 1995, II Congresso Luso-Espanhol sobre Descobrimentos e Expansão Colonial, pp. 173-187; Elisa Maria Lopes da Costa, *O Povo Cigano entre Portugal e Terras Mar (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, GTMECDP, 1997
- 113 M.^a Augusta da Lima Cruz, "Exiles and renegades in early sixteenth century Portuguese Asia", *Indian Economic and Social History Review*, xxxiii, 1986, pp. 249-262; M.^a Emília Madeira Santos, "Os primeiros 'lançados' na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes", in *Portugal no Mundo*, L. de Albuquerque (org.), II, Lisboa, Pub. Alfa, 1989; Dejinarah Couto, "Quelques observations sur les renégats portugais en Asie au XVIe. siècle", *Mare Liberum*, 16, 1998, pp. 57-85.
- 114 Anthony Disney, "Smugglers and smuggling in the western half of the Estado

- da India in the late sixteenth and early seventeenth centuries", *Indica*, 26 (1-2), 1989, pp. 57-58.
- 115 In Alfred Hower and Richard A. Preto-Rodas (orgs.), *Empire in Transition: the Portuguese World in the Time of Camões*, Gainesville, University of Florida Press, 1985, pp. 118-131.
- 116 In *Africa* (Roma), 42, Março 1987, pp. 29-50.
- 117 Isabel Castro Henriques, "Formas de organização entre africanos em S. Tomé nos séculos XV e XVI", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1990, pp. 797-813; Beatrix Heintze, "A cultura material do Ambundu de Angola segundo as fontes dos séculos XVI e XVII", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11, pp. 15-63; Alberto da Costa e Silva, *A enxada e a lança. A África antes dos Portugueses*, Rio de Janeiro, Ed. Presença, 1992; Gina Maria P. M. F. C. Antunes, *Os Abexins no Decão e no Guzerate no século XVI: Escravos e Senhores*, Lisboa, FCSH, 1997, dissertação de mestrado, policop.
- 118 Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início aos Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1996; Ilídio Amaral, *O reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino de Ngola (ou Angola) e a Presença Portuguesa, de Finais do Século XV a Meados do Século XVI*; Joseph Velinkar, *India and the West: The First Encounters*, Mumbai, Heras Institute/St. Xavier's College, 1998; e ainda Willcomb E. Washburn, "Os primeiros contactos com os Índios na América", *Oceanos*, 2, Outubro 1989.
- 119 *Encontros de Povos e Culturas em Angola (Actas do Seminário de Luanda 1995)*, CNCDP, 1997. Da mesma forma, o vol. 34 da revista *Oceanos — Culturas do Índico*, no qual se publicam os textos apresentados por reconhecidíssimos especialistas do Índico, no colóquio com o mesmo nome, privilegia o mesmo ângulo teórico.
- 120 Luís Filipe Thomaz, "Goa: uma sociedade luso-indiana", in Thomaz, 1994.
- 121 Janet C. A. Rubinoff, *Casta and Comunidade: The Transformation of Corporate Agrarian Structures in Goa*, India, University of Toronto, dissertação de doutoramento, 1992
- 122 Kenneth McPherson, "Paravas and the Portuguese: a study of Portuguese strategy and its impact on an Indian seafaring community", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, Junho 1997, 13, pp. 69-82.
- 123 Annapoorna Ravichander, "Coastal society of Gujarat in the sixteenth century", *Studia*, 49, 1989, pp. 161-180; G. V. Scammel, "Indigeneous assistance and the survival of the Estado da Índia, c. 1600-1700", *Studia*, 49, 1989, pp. 95-115
- 124 John Thornton, *Africa and Africans in the Making of Atlantic World, 1400-1800*, Cambridge, CUP, 1992; Trevor Paul Hall, *The role of Cape Vert Islanders in Organizing and Operating Maritime Trade Between West Africa and Iberian Territories, 1441-1616*, John Hopkins University, 1993.
- 125 Jean Boulège, *Les Luso-Africains de Sénégambie*, Lisboa, ICT, 1989; R. R. S. Chauhan, *Africans in India*, Nova Deli, Asian Pub. Services, 1995.
- 126 Maxime Haubert, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; John Manuel Monteiro, *Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*, Companhia das Letras, 1994.
- 127 Ronaldo Vainfas, *Trópicos do Pecado: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1989; Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico: Demonologia*

- e *Colonização — Séculos XVI-XVIII*, São Paulo Companhia das Letras, 1993; Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994; Ronaldo Vainfas, *A Heresia dos Índios; catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- 128 Evaldo Cabral Mello, *A Fronha dos Mazombos: Nobres Contra Mascates: Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995; Filipe Nunes de Carvalho, *Aculturação e Resistência nos Primórdios do Brasil*, dissertação de mestrado, policop., FCSH-UNL, 1991.
- 129 Daniel A. Pereira, "As insolências do capitão Domingos Rodrigues Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiroz contra as autoridades da ilha de Santiago (1653-1665)", *Revista de História Económica e Social*, 16, Jul-Dez, 1985, pp. 31-57; António Carreira, "Conflitos sociais em Cabo Verde", *Revista de História Económica e Social*, 16, Julho-Dezembro 1985, pp. 63-88.
- 130 Ângela Domingues, "Juizes e julgados: Acerca da criminalidade na Ilha do Fogo (1513-1561)", *Magma*, Mindelo, 1990, III, pp. 5-6.
- 131 Tome N. Mbuia-João, *The Revolt of Dom Jeronimo Chingulis of Mombasa, 1590-1637: An African Episode in the Portuguese Century of Decline*, The Catholic University of America, 1990, dissertação de doutoramento; Rui Ramos, "Rebelião e sociedade colonial: 'alvoroços' e 'levantamentos' em São Tomé (1545-1555)", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4/5, Jan-Dez. 1986, pp. 17-24; M.^a Catarina Madeira Santos, "A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI", *Studia*, 1996, pp. 51-91.
- 132 A. C. de C. M. Saunders, *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal, 1441-1555*, Lisboa, INCM, 1994 (trad.). Sobre uma das modalidades do impacto da presença negra na sociedade portuguesa, veja-se o capítulo de Diogo Ramada Curto, no 1.º vol. da *História da Expansão Portuguesa*, "A língua e o império". Também os arquipélagos dos Açores e da Madeira conheciam a escravatura. Para a Madeira, veja-se Alberto Vieira, *Os Escravos no arquipélago da Madeira, séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.
- 133 Isabel Castro Henriques, "Ser escravo em São Tomé no século XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6/7, 1987, pp. 167-188.
- 134 Caso de Joseph C. Miller, "Slave princes in the Portuguese Southern Atlantic, c. 1600-1830", in Paul Lovejoy (org.) *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade*, Madison, University of Wisconsin Press, 1986, pp. 43-47.
- 135 M.^a Rosário Pimentel, *Viagem ao Fundo das Consciências. A Escravatura na Época Moderna*, Lisboa, Ed. Colibri, 1995.
- 136 M.^a Luísa Esteves, "Para o estudo do tráfico de escravos em Angola (1640-1668)", *Studia*, 50, 1991, pp. 79-108; M.^a do Rosário, "O escravo na formação da sociedade colonial brasileira", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 4, Dez. 1992, pp. 123-132; António Correia e Silva, "Subsídios para a história geral de Cabo Verde: as secas e as fomes nos séculos XVII e XVIII", *Studia*, 53, 1994, pp. 365-382.
- 137 Publicado pela Colibri, 1998.

- 138 Beatrix Heintze, "Angola nas guerras do tráfico de escravos. As guerras de Ndongo (1611-1630), RIEA, 8/9, 1988, pp. 221-234. Robert Conrad, *Slave World of Sorrow: The African Trade to Brazil*, Baton Rouge-Londres, Louisiana State University Press, 1986; Patrick Manning, *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trade*, Cambridge, 1990; Barbara Solow (org.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge, CUP, 1991; Ronal do Vainfas, *Ideologia e Escravidão; os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1986; John Manuel Monteiro, "From indian to slave: forced native labour and colonial society in São Paulo during the seventeenth century", *Slavery and Abolition*, 9, 1988, pp. 105-127; Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*, trad., São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- 139 Jeanette Pinto, "The decline of slavery in Portuguese India with special reference to the North", *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 9, Julho 1995, pp. 235-242; Jeanette Pinto, *Slavery in Portuguese India, 1510-1842*, Bombaim, Himalaya Pub. House, 1992; Luís Filipe Thomaz, "A escravatura em Malaca no século XVI", *Studia*, 53, 1994.
- 140 Vide Domingos Fernandes, *Negros e Negreiros*, Lisboa, GTMECDP, 1996.
- 141 Na senda, por exemplo, do excelente *Tribunali della Coscienza*, de Adriano Prospero, 1996.
- 142 João Paulo Costa, "As missões cristãs no Brasil", in Luís de Albuquerque (org.), *Portugal no Mundo*, vol. III, Lisboa, Pub. Alfa, 1989; João Paulo Costa, "As missões cristãs em África", in Luís de Albuquerque (org.), *Portugal no Mundo*, vol. III, Lisboa, Pub. Alfa, 1989, pp. 88-103; José Ficalho Feliciano, "Os encontros e desencontros das Missões. Uma leitura sociológica sobre o leste africano no século XVI", *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, UCP-CNCDF-FEC, 1993, II, pp. 67-76; Ulrich Knefelkamp, "Portugal rom und Aethiopien in 16. /17. jahrundert: von scheitern der katolischen Mission am roten Meer" in *Mare Liberum: Revista de História dos Mares*, 6, 1993, pp. 189-202; Henrique Pinto Rema, ofm, *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, Ed. Franciscana, 1982.
- 143 Francisco Bethencourt, "Os conventos femininos no Império Português: o caso do convento de Santa Mónica", in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1994; Caio César Boschi, *Os Leigos e o Poder; Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ed. Ática, 1986; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "A Misericórdia de Ceuta e a protecção de donzelas", *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, UCP-CNCDF-FEC, 1993, III, pp. 455-464; A. J. R. Russell-Wood, "Prestige, power and piety in colonial Brazil: the third order of Salvador", *The Hispanic American Historical Review*, 69, pp. 61-89, 1989; Wilson Nóbrega Seixas, *A Santa Casa da Misericórdia de Paraíba*, João de Paraíba, João Pessoa, Graf. S. Marta, 1987.
- 144 Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, *cit.*, e de Plínio Freire Gomes, *Um Herege Vai ao Paraíso: Cosmologia de um Ex-Colono Condenado pela Inquisição (1680-1744)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- 145 Refiro os estudos de Saldanha e de Carreira, sobre as capitánias, de Iva Maria Cabral e Maria Manuel Ferraz Torrão, sobre as feitorias, e um pouco

extemporaneamente, o artigo de Disney sobre as modalidades de supressão de uma situação de fome, no século XVII, em Goa, e do livro de Maria Manuel Ferraz Torrão sobre dietas alimentares: António Carreira, "A capitania da ilha de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX — Subsídios", in *Revista de História Económica e Social*, 19, Lisboa, 1987, pp. 33-76; Anthony Disney, "Famine and poor relief in Portuguese India in the sixteenth and early seventeenth century", *Studia*, 49, 1989, pp. 255-282; António Vasconcelos de Saldanha, *As Capitanias: O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992; Maria Manuel Ferraz Torrão, "Ensaio de uma feitoria régia no espaço económico e social da Ilha de Santiago", *Studia*, 54/55, 1996, pp. 21-32; Maria Manuel Ferraz Torrão, "Dietas alimentares: Transferências e adaptações nas Ilhas de Cabo Verde, 1460-1540, Lisboa, IICT, 1995.